PROGRAMA DE GOVERNO



GERALDO ALCKINIO ALCKINIO PRESIDENTE VICE ANA AMÉLIA

SUMÁRIO

II.REFORMA DO ESTADO	37
1. SIMPLIFICAR A BUROCRACIA	41
2. GOVERNO DIGITAL	43
III.POLÍTICA SOCIAL INOVADORA	44
1. REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE	45
2. A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL	46
3. NOVAS AGENDAS PARA A POLÍTICA SOCIAL	47
4. QUALIFICAR O EMPREGO E EXPANDIR A RENDA	48
IV. COMPROMISSO COM A REDUÇÃO	
DAS DESIGUALDADES REGIONAIS	49
1. REGIÃO NORTE	51
2. REGIÃO NORDESTE	52
3. REGIÃO CENTRO-OESTE	53



V. EDUCAÇÃO PARA GARANTIR A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES 54	
1. GOVERNANÇA E FINANCIAMENTO 55	
2. PROFESSOR 55	
3. PRIMEIRA INFÂNCIA 56	
4. ALFABETIZAÇÃO 56	
5. ENSINO MÉDIO 57	
6. ENSINO SUPERIOR 58	
VI. SAÚDE: FORTALECIMENTO DO SUS E GESTÃO INTEGRADA 59	
1. PROGRAMAS DE SAÚDE 62	
VII. SEGURANÇA PÚBLICA 63	
1. SEGURANÇA VIÁRIA 67	
VIII. POLÍTICA EXTERNA	
XIX. DEFESA NACIONAL COMO POLÍTICA DE ESTADO 71	
X. O DESAFIO DA ECONOMIA VERDE	
NA AGENDA DO MEIO AMBIENTE	

XI. TURISMO COMO POTENCIAL ECONÔMICO77
XII. CIDADES SUSTENTÁVEIS:80
1. HABITAÇÃO82
2. MOBILIDADE83
XIII. JUSTIÇA: ACESSO AMPLO, RÁPIDO E GRATUITO84
XIV. MULHERES: AUTONOMIA E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES 86
XV. DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E SEMPRE88
1. APOIO A MINORIAS VULNERÁVEIS91
XVI. CULTURA COMO VETOR DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA E DESENVOLVIMENTO
XVII. ESPORTE: INTEGRAÇÃO SOCIAL E APOIO À JUVENTUDE 96
AGRADECIMENTOS



"TIRAR O PAÍS DA LAMA
DOS ESCÂNDALOS E LIVRÁ-LO
DA INEFICIÊNCIA DO ESTADO
PARA, JUNTOS, RESGATARMOS
O ORGULHO DE SER BRASILEIRO E
COLOCARMOS O BRASIL NO CAMINHO
DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL
E DA JUSTIÇA SOCIAL"

O Brasil tem tudo para se tornar uma grande nação. Temos riquezas naturais e um povo alegre, criativo, empreendedor e acolhedor que convive pacificamente com pessoas de diferentes nacionalidades, raças e religiões. O que nos falta para realizar o nosso pleno potencial é um governo decente.

Quero disputar a Presidência da República para livrar o Brasil dos escândalos de corrupção, da ineficiência do Estado e da injustiça social que estão arruinando o sonho de milhares de brasileiros. Meu sonho é construir um país no qual os brasileiros empreendedores, trabalhadores e criativos possam investir, prosperar e inovar sem ter de conviver com um Estado corrupto e ineficiente que pune as pessoas que geram riqueza e prosperidade. Meu desejo é ver o Brasil ser conhecido internacionalmente pela igualdade de oportunidade e pela melhoria da qualidade dos serviços públicos na saúde, educação e segurança e deixar de ser manchete por causa da nossa vergonhosa desigualdade social e de escândalos de corrupção.

Quero ser o presidente que livrou o país de um Estado pesado, ineficiente e corrupto e colocou o Brasil de volta no caminho do crescimento sustentável e da justiça social. Vamos voltar a ter orgulho de ser brasileiro. Mas, para atingir esses objetivos, não basta apenas querer e sonhar. É preciso saber governar e ter competência comprovada para garantir a aprovação das reformas e a governabilidade. Fui prefeito, deputado e quatro vezes governador de São Paulo. Estou na vida pública há mais de 40 anos e sei exatamente o que tem de ser feito para tirar o país da crise política, econômica e ética.

PRIMEIRO, PRECISAMOS VOLTAR A CONFIAR NO PAÍS.

a acreditar que podemos mudar o Brasil para melhor. Temos de acabar com o cancro da corrupção, restaurar a credibilidade das nossas instituições democráticas, fazer o Brasil voltar a crescer de maneira sustentável e tornar a ser uma nação respeitada no mundo. Essa não é uma tarefa fácil. Exigirá coragem e determinação para conduzirmos as reformas saneadoras do Estado brasileiro. O resgate da confiança reguer a aprovação das reformas política, previdenciária, tributária e do Estado. Elas são fundamentais para que o governo possa servir melhor os brasileiros, prestando serviço público de qualidade, melhorando a gestão pública e diminuindo o peso e a interferência do Estado na vida das pessoas que guerem trabalhar, empreender e investir no Brasil. Se continuarmos a postergar essas mudanças, não seremos capazes de restaurar um elemento essencial da confiança: a previsibilidade das regras, o cumprimento da lei e a garantia da segurança jurídica.

Essa confiança se dá por meio da política. Precisamos voltar

SEGUNDO, O BRASIL PRECISA DE UM PRESIDENTE QUE TENHA COMPETÊNCIA PARA LIDERÁ-LO NESTE MOMENTO DE GRAVE CRISE POLÍTICA, ECONÔMICA, SOCIAL E ÉTICA.

Um governante não deve ser avaliado por suas promessas, mas pela sua capacidade de entregar resultado e implementar políticas públicas eficientes e inovadoras. Em 1995, quando o PSDB conquistou o governo de São Paulo, o Estado estava falido e desacreditado. Em 2018, após 23 anos de governos do PSDB, deixei o governo paulista com as finanças públicas em ordem, com a reforma da previdência estadual implementada e o Estado com a melhor educação, saúde, segurança pública e infraestrutura do país. O Brasil precisa de governante que faz e não de político que fala. A minha vida política é marcada pela coerência entre o que falo e o que faço.



TERCEIRO, O PRESIDENTE TEM DE DAR EXEMPLO.

Políticos que enriquecem com a política são ladrões.

Uma nação que foi dilapidada por um gigantesco esquema de corrupção que tirou bilhões de reais dos impostos pagos pelos brasileiros para sustentar um perverso esquema de perpetuação de políticos espúrios no poder; um país que foi devastado por demagogos que nos deixaram como herança uma desastrosa crise econômica e 13 milhões de desempregados tem toda razão de estar desiludido e decepcionado com a política. Essa ferida só será curada por políticos de caráter. Tenho orgulho de estar há mais de 40 anos na vida pública, servindo as pessoas, cultivando uma vida pessoal modesta e encarando a política como missão de vida.

Por isso, apresento-me como candidato à Presidência da República e assumo o compromisso de lutar por propostas de governo que são fundamentais para resgatarmos a confiança no país e colocar o Brasil novamente no caminho do crescimento econômico sustentável, da prosperidade e da justiça social. Vamos combater a impunidade, a corrupção e os privilégios que destroem os valores e a confiança das pessoas nos princípios fundamentais da justiça e da democracia, da liberdade, da igualdade, dos direitos humanos, da tolerância e da pluralidade. Quero um Brasil onde a lei seja igual para todos, onde as pessoas que sonham em trabalhar, empreender, viver e criar suas famílias se orgulhem em dizer "eu sou brasileiro".







QUANDO ME PERGUNTAM "POR QUE O SENHOR QUER SER PRESIDENTE DO BRASIL?", RESPONDO CITANDO AS COISAS QUE GOSTARIA DE FAZER AO ME ELEGER PRESIDENTE:

- Colocar o Brasil na trilha do crescimento sustentável, do aumento da renda e do emprego
- Erradicar a epidemia da violência e da insegurança na cidade e no campo
- Combater a corrupção e lutar pelas reformas essenciais para resgatar a credibilidade da política e a eficiência do Estado
- Transformar a educação pública de qualidade no pilar central da igualdade de oportunidades e da qualificação dos jovens para o mercado de trabalho
- Investir na saúde primária e preventiva para garantir que os brasileiros tenham uma infância saudável, uma vida produtiva longa e envelheçam com qualidade de vida
- Simplificar e desburocratizar a vida dos brasileiros
- Abrir a economia e reinserir o Brasil no mundo global
- Promover a igualdade de oportunidades, dando atenção especial aos menos favorecidos para que vivam dignamente
- Combater privilégios: a lei tem que ser igual para todos
- Valorizar os empreendedores que desejam inovar e triunfar no mundo globalizado
- Adotar o voto distrital misto, reduzir o número de partidos no Congresso, o custo das eleições e permitir que o eleitor possa cobrar e fiscalizar melhor os seus representantes.

I. ROTEIRO PARA O PAÍS VOLTAR A CRESCER

Vamos criar as condições para que o Brasil cresça de 4 a 5% ao ano de forma sustentável e garantir igualdade de oportunidades para todos os brasileiros.

Precisamos aumentar a produtividade, sanear as finanças públicas e estimular o investimento privado por meio de um ambiente de negócios que aumente a eficiência, estimule o empreendedorismo e impulsione o crescimento.

Precisamos refundar o Estado brasileiro.

Apesar do seu gigantismo, o Estado
não consegue prover educação e saúde
de qualidade e segurança pública aos brasileiros.
Precisamos livrar o Estado da ação danosa
dos interesses corporativos e privados,
garantindo que o interesse público prevaleça
acima de tudo e de todos.

1. ESTABILIDADE FISCAL

Vale repetir: o Brasil está com mais de 13 milhões de desempregados, um desastre econômico e social. A dívida pública é elevada (aproximadamente 77% do PIB). Além disso, temos um grande déficit primário (projetado em 2,1% do PIB em 2018). Precisamos estabiliza as finanças públicas para atrair investimentos privados e crescer. Sem responsabilidade fiscal não haverá crescimento nem oportunidades aos menos favorecidos. É a responsabilidade fiscal que conduzirá a taxas de juros mais baixas e à estabilização da dívida pública com relação ao PIB.

DIRETRIZES

- Eliminar o déficit primário do setor público em 2 anos. Chegar a um superávit primário entre 2% e 2,5% do PIB ao finaldo quarto ano de governo.
- Restaurar o tripé macroeconômico: superávit primário, taxas de juros fixadas pelo Banco Central para manter a inflação dentro de metas pré-fixadas e taxa de câmbio flutuante.
- Manter o teto de gastos. Implementar um programa substantivo de cortes e racionalização de custos. Extinguir políticas públicas pouco equitativas, ineficientes ou com baixa relação entre benefícios e custos para a sociedade. Acelerar a eliminação de subsídios.
- Reduzir em até 10 o número de ministérios. Reduzir o número de secretarias e órgãos administrativos.
- Revisar substantivamente as desonerações fiscais.
- Flexibilizar o Orçamento da União. Realizar um programa anual de revisão de gastos para aprimorar as políticas públicas por meio de um minucioso e transparente esforço de acompanhamento e avaliação.
- Garantir a provisão de serviços de qualidade em educação e saúde escolhendo o provedor público ou privado de menor custo e que propicie melhor resultado para os usuários dos serviços públicos.
- Aprimorar a governança do Banco Central por meio de mandatos fixos e alternados de sua diretoria. A nova governança aumentará a confiança nas metas de inflação e reduzirá os juros pagos sobre a dívida pública.
- Reduzir a dívida pública por meio do programa de privatizações e de uma expressiva política de desmobilização de ativos imobiliários e participações minoritárias. Quanto menor a dívida, menor o ônus sobre as finanças públicas decorrente do pagamento de juros.

2. PREVIDÊNCIA

Mudanças demográficas aceleradas estão na raiz dos desequilíbrios de nosso sistema previdenciário, estruturado sob o princípio da repartição. Nesse sistema, a geração economicamente ativa financia os benefícios da geração que já se aposentou. Estima-se que, mantidas as regras atuais, a Previdência representará um gasto de aproximadamente 17% do PIB em 2060, uma proporção muito maior do que a de países ricos com população bem mais envelhecida do que a nossa. Ao nascer, a média de expectativa de vida do brasileiro está em torno de 76 anos, mas fica bem acima disso para homens e mulheres que chegam aos 50 anos. Nosso objetivo é enfrentar o desequilíbrio orçamentário e atuarial causado pela Previdência e torná-la socialmente mais justa.

DIRETRIZES

- Reformar os dois regimes de previdência, o geral (INSS) e os regimes próprios (funcionários públicos), caminhando para um único regime para todos os brasileiros.
- Corrigir a trajetória explosiva dos gastos com a Previdência, assegurando o equilíbrio atuarial do sistema previdenciário. Combater os privilégios dos regimes próprios que agravam as injustiças distributivas do país.
- Estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria. O valor das aposentadorias e o tempo de contribuição devem ser determinados mantendo o equilíbrio atuarial.
- Facilitar a contratação no mercado formal de trabalho para agregar novos contribuintes ao INSS.
- Adotar um cadastro único nacional para combater as fraudes na concessão de benefícios.
- Implementar um sistema híbrido de capitalização e repartição quando os desequilíbrios atuais estiverem corrigidos. Fazê-lo hoje, no entanto, agravaria o desequilíbrio fiscal que temos de enfrentar.

3. REFORMA TRIBUTÁRIA

A carga tributária de 33% do PIB do Brasil de hoje é muito alta. Infelizmente não estamos ainda em condição de reduzí-la, mas iniciaremos o processo de redução tão logo atingirmos o superávit fiscal necessário para sinalizar a estabilização da dívida em relação ao PIB. Há, no entanto, muito a fazer para simplificar e evitar as distorções causadas pelo nosso sistema tributário.

DIRETRIZES

- Tornar o sistema tributário socialmente justo. Eliminar os benefícios fiscais dos segmentos mais ricos da população.
- Tornar o sistema tributário mais simples e transparente. Revisar as competências tributárias, unificando impostos e contribuições que incidam sobre a mesma base, com respeito aos princípios federativos.
- Introduzir o imposto sobre valor adicionado (IVA), em substituição aos cinco impostos de intermediação (IPI, ISS, ICMS e PIS/COFINS) hoje existentes. O IVA deve ter incidência nacional, com alíquota única e cobrado no destino, desonerando apenas as exportações. O objetivo não é aumentar a arrecadação e sim simplificar a estrutura tributária.
- Não criar novos impostos a não ser para compensar o efeito da redução de alíquotas dos impostos hoje existentes.
- Rever e reduzir substantivamente as desonerações tributárias. Além de diminuir o déficit público, essa revisão possibilitará reduzir a carga tributária da grande maioria das empresas que não se beneficiou das desonerações e aumentará a eficiência competitiva da economia.
- Reduzir a alíquota máxima para o imposto de renda corporativo e introduzir a taxação de dividendos de forma a deixar a carga tributária inalterada. Nosso objetivo é adequar a realidade brasileira às tendências do resto do mundo: redução de imposto corporativo e incentivo ao reinvestimento.
- Tornar o sistema tributário neutro, evitando efeitos deletérios nas decisões de investimento e na alocação de recursos.
- Reduzir o contencioso tributário e os custos de cumprimento das normas tributárias. Racionalizar a imposição de multas tributárias.
- Avançar na descentralização e municipalização de recursos tributários, assim como de obrigações de gastos.
- Combater a sonegação para poder reduzir a carga tributária.

4. ABERTURA COMERCIAL E DE SERVICOS

O Brasil é ainda uma economia fechada. Todas as economias emergentes que tiveram crescimento elevado são economias abertas e integradas ao mercado internacional.

A integração de bens e serviços do país na economia mundial terá como objetivos atrair mais investimentos e gerar ganhos de produtividade por meio da ampliação da escala de nossas empresas, da adoção de tecnologias de última geração, da especialização em produtos e processos e do aumento da concorrência.

DIRETRIZES

- Efetuar acordos comerciais com nossos principais parceiros de comércio. Lançar as bases para acordos bilaterais e aumentar a participação do país em acordos setoriais multilaterais.
- Garantir a articulação da nova política de comércio exterior com as demais políticas de governo voltadas para aumentar a produtividade, a competitividade e a inovação.
- Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio.
- Assegurar que a abertura do comércio de bens e de serviços esteja em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Garantir a integração competitiva da economia brasileira ao mundo para reduzir o hiato tecnológico da nossa indústria e modernizar o país.
- Introduzir, de forma gradual e anunciada com antecedência, ampla reforma tarifária para corrigir distorções e conferir mais racionalidade à estrutura de proteção a fim de estimular o aumento da produtividade e da concorrência. Ter como meta a tarifa máxima de 15%.



- Eliminar, ao longo do tempo, barreiras tarifárias e não tarifárias, medidas protecionistas discricionárias que evitam a concorrência externa ou vedam a competição vinda de provedores de serviços estrangeiros.
- Revisar e, se possível, eliminar a tributação sobre as exportações, simplificando os regimes tributários nacionais e diminuindo os custos acessórios no cumprimento das exigências tributárias.
- Simplificar a legislação de comércio exterior e desburocratizar aduanas e portos por meio de ação coordenada dos vários órgãos de governo, facilitando o comércio exterior de bens e serviços, inclusive culturais.
- Instituir um exame da compatibilização da legislação nacional com as regras, normas e regulamentos técnicos que passaram a fazer parte dos novos acordos de preferências comerciais, a fim de permitir a participação dos produtos nacionais em cadeias globais de valor.
- Modernizar as instituições de regulação técnica e certificação de produtos para reduzir prazos de obtenção de patentes e a isonomia entre produtos importados e os produzidos localmente. A defesa comercial e a promoção comercial deverão ser aperfeiçoadas e integradas de forma coordenada na nova política de comércio exterior.
- Revogar barreiras que impedem a imigração de mão de obra qualificada por meio da criação de rotas rápidas de concessão de visto. Assegurar um mecanismo de constante revisão dessas rotas rápidas para adequar o fluxo imigratório às necessidades do país.



5. PRIVATIZAÇÕES

A retomada da agenda de privatizações é necessária para aumentar a eficiência da economia e reduzir a dívida pública. Não precisamos de empresas estatais para implementar políticas públicas. O Estado deve se concentrar na segurança pública e na provisão de educação e saúde de qualidade.

DIRETRIZES

- Privatizar para aumentar a eficiência da economia e a concorrência nos mercados, provendo bens e serviços mais baratos e ampliando a oferta de empregos.
- Privatizar para evitar que o Tesouro aporte capital nas estatais deficitárias devido a prejuízos ou deficiências atuariais nos seus fundos de Previdência.
- Privatizar para reduzir as possibilidades de apropriação privada indevida de recursos públicos.
- Privatizar para reduzir a dívida pública e, com isso, assegurar taxas de juros mais baixas para toda a economia.
- Concluir a privatização da Eletrobrás e suas subsidiárias. Na Petrobras, devem ser privatizados o refino e a distribuição de derivados de petróleo para eliminar o monopólio estatal nessas atividades. Esse monopólio estatal, embora tenha terminado por lei há mais de 20 anos, ainda perdura na prática.
- Privatizar para reduzir a complexidade da administração do setor público, permitindo que ele se concentre nos serviços de interesse da população.
- Empreender um amplo programa de desmobilização de ativos imobiliários e participações minoritárias detidas pelo Governo.

6. AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O Brasil precisa da iniciativa privada para se desenvolver de forma acelerada. Nosso compromisso é garantir um ambiente de negócios que incentive o investimento privado por meio da previsibilidade e confiança nas ações do Governo, respeito aos contratos, segurança jurídica e bons marcos regulatórios.

DIRETRIZES

- Tornar efetiva a segurança jurídica como norma básica do direito público.
- Defender a concorrência: coibir práticas não-competitivas e eliminar barreiras legais que impedem a atuação de novos entrantes em todos os mercados da economia.
- Garantir o bom funcionamento dos marcos regulatórios para todas as concessões públicas. Assegurar ao concessionário o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e exigir qualidade na prestação de serviços executados pela iniciativa privada.
- Evitar contradições entre os marcos regulatórios promovidos por diferentes agências.
- Fortalecer as agências reguladoras fixando critérios técnicos para a indicação de diretores e independência administrativa e financeira das agências. Assegurar a transparência e fundamentação das decisões.
- Desenvolver mecanismos de resolução de conflitos como arbitragem e conciliação.
- Ter como norma tratar todos os setores e segmentos da economia de forma similar para evitar distorções das políticas intervencionistas discricionárias e personalistas baseadas em subsídios, isenções fiscais e proteções tarifárias.
- Reduzir substantivamente subsídios cruzados, juros subsidiados e crédito direcionado para assegurar o funcionamento mais livre dos mercados de crédito e reduzir a taxa de juros.
- Incentivar a poupança pessoal e familiar, melhorando a educação financeira e incentivando a poupança de longo prazo.
- Aumentar a competição no mercado financeiro facilitando a entrada de novos bancos e a atuação de fundos, cooperativas e sociedades privadas de crédito. Suprimir a exigência de decreto Presidencial para a entrada de bancos estrangeiros no Brasil.
- Estimular a adoção de novas tecnologias e facilitar o acesso a fontes de crédito externas.
- Concluir o processo legislativo e implementar o cadastro positivo.
- Aprovar uma nova lei geral de garantias e falências.
- Desenvolver o mercado de debêntures, facilitando o acesso das pequenas e médias empresas e o crescimento do mercado secundário para dar mais liquidez aos títulos.

7. AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro é um caso de enorme sucesso. Responde por quase 1/4 do PIB nacional, constituindo assim um dos maiores setores da economia do país. O agronegócio responde por 1/3 do emprego do país e apresenta saldo comercial, em 2017, que supera US\$ 81 bilhões. O setor disputa o mercado internacional com todos os países, especialmente os Estados Unidos. Enfrenta todo tipo de protecionismo e, ainda assim, abastece completamente o mercado nacional.

O motor do agronegócio brasileiro é o desenvolvimento tecnológico associado a produtores/empreendedores, técnicos, profissionais de ciências agrárias, pesquisadores, cooperativas e empresas privadas.

O setor é complexo por ser constituído de diferentes cadeias produtivas, além das muitas especificidades regionais. Um programa agrícola de sucesso deve ser composto por políticas transversais a todos os setores e políticas específicas que respeitem as particularidades de cada região.

O equilíbrio macroeconômico permitirá manter a inflação baixa, garantindo assim a taxa de juro reduzida de forma perene. Nesse sentido, os recursos disponíveis para subvenção ao setor serão direcionados prioritariamente ao programa de seguro rural e ao apoio da pequena propriedade e da produção familiar em regiões de baixa produtividade.



DIRETRIZES

- Consolidar o princípio do agronegócio, em todas as suas formas pequenas, médias e grandes propriedades como setor importante para a melhora da condição econômica e social e da distribuição de renda, como apontados pelo Índice de Desenvolvimento Humano e pelo Índice de Gini.
- Garantir a previsibilidade no setor de agronegócios.
- Tornar o Plano Safra um plano plurianual.
- Garantir diretrizes de longo prazo ao setor sucroalcooleiro para dar estabilidade de regras aos investidores do setor.
- Garantir o êxito da política de seguro de renda a partir dos princípios da continuidade e da consistência de regras da política pública.
- Manter os estímulos às inovações por meio do incentivo a parcerias entre o setor público e o setor privado.
- Aumentar a eficiência das agências reguladoras no intuito de acelerar a incorporação tecnológica, respeitando a devida avaliação de risco das inovações.
- Estimular a utilização do etanol nos transportes urbanos e rodoviários para despoluir o meio ambiente e tirar melhor proveito de nossas fontes de energia e tecnologia.
- Revitalizar e Embrapa, com visão estratégica e modelos de gestão adequados à realidade atual, de modo a reforçar sua posição fundamental como entidade pública de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
- Estimular a adoção de técnicas de agricultura de baixo carbono.
- Reformatar o sistema de vigilância sanitária, compartilhando a responsabilidade entre os setores público (tarefas de controle e fiscalização) e privado (certificação da qualidade dos produtos).
- Alinhar as regras de certificação de origem às normas internacionais em vigor, sem criar obstáculos desnecessários à produção, incentivando a conquista de novos mercados.
- Desenvolver ações de controle e combate a doenças e pragas em parcerias com o setor privado, a comunidade científica e a sociedade civil.
- Induzir a conectividade das propriedades rurais, como meio de acesso a novas técnicas agrícolas, sejam elas de processo, produto ou gestão.

8. INFRAESTRUTURA

Apenas para finalizar suas 7 mil obras paralisadas, o Governo Federal necessita de aproximadamente R\$ 76 bilhões em investimentos. Em 2017, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) aprovou 145 projetos prioritários para o país, totalizando R\$ 275 bilhões em investimentos.

Para tornar a infraestrutura o novo setor dinâmico da economia, o Governo Federal deve garantir um ambiente de negócios favorável para incentivar a maior participação do setor privado no investimento e operação da infraestrutura no Brasil, por meio de investimento diretos, concessões e parcerias público-privadas (PPPs). O setor privado possui a capacidade de se financiar e alavancar os projetos sem onerar os cofres públicos.

Aumentar o investimento do setor privado na infraestrutura exige que o governo aprimore e fortaleça as agências reguladoras. É preciso, também, fortalecer a Secretaria do PPI e revisar o processo de licenças ambientais.

As soluções de infraestrutura não necessariamente acompanham a divisão territorial do país. Municípios e Estados muitas vezes precisam se unir para viabilizá-las. Soluções de logística, portos, energia elétrica, gás, água e saneamento dependem da coordenação do Governo Federal junto aos demais entes federativos. Parcerias público-privadas devem ser incentivadas quando possível, e as soluções devem contemplar todos os poderes concedentes envolvidos.



DIRETRIZES

- Definir e gerir projetos prioritários com base na política de longo prazo dos setores.
- Garantir que obras serão iniciadas apenas com projeto básico e executivo confiáveis, e os respectivos orçamento e projeções plurianuais.
- Delimitar de forma clara as responsabilidades e competências dos órgãos federais responsáveis por investimentos em infraestrutura (ministérios, Secretaria do PPI e agências reguladoras).
- Impulsionar o setor por meio de marco regulatório adequado e segurança jurídica que limite a judicialização dos projetos.
- Garantir coordenação das ações do governo federal.
- Atuar de forma coordenada com os demais entes federativos nos projetos comuns a todos.
- Priorizar a execução e o financiamento dos projetos de infraestrutura com recursos privados por meio de concessões, PPPs e outras modalidades de participação privada.
- Fortalecer as agências reguladoras e garantir sua independência, privilegiando o caráter técnico das decisões, e cobrando delas ampla transparência e prestação de contas.
- Proporcionar segurança jurídica aos administradores públicos no exercício de suas funções e tomada de decisões.
- Incluir a variável ambiental e dos custos ambientais de mitigação e compensação já nas primeiras fases de análise da viabilidade dos empreendimentos (projetos e obras) de infraestrutura.
- Dar previsibilidade e simplificar o processo de licenciamento ambiental em sintonia com os órgãos estaduais e municipais.
- Incentivar e fomentar o financiamento de longo prazo por meio do mercado de capitais.
- Promover, em articulação com o sistema de ciência e tecnologia e a academia, programas setoriais de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação focados em infraestrutura.
- Rever carga fiscal, uniformizar regras e reduzir contencioso da infraestrutura durante processo de Reforma Tributária.
- Utilizar modelos inovadores para viabilizar o aporte de capital privado em novas concessões e obras públicas paralisadas.
- Auxiliar Estados e municípios na elaboração de contratos e execução de PPPs para a finalização de obras paradas.
- Revisar todas as normas e regras que exigem conteúdo nacional para assegurar a maior eficiência e o menor custo nos investimentos em infraestrutura.

I - LOGÍSTICA, TRANSPORTE E TELECOMUNICAÇÕES

DIRETRIZES

- Criar uma Agência Nacional de Logística e Transporte pela junção das agências setoriais a fim de incentivar e regulamentar uma abordagem multimodal integrada dos transportes.
- Desenvolver projetos de integração física e tarifária entre modais de transporte, para reduzir custos e tempos logísticos.
- Expandir os modais de transporte hidroviário, ferroviário e de cabotagem pela seleção da melhor opção para cada conjunto carga-origem-destino, e assim reduzir a dependência do país do modal rodoviário.
- Aumentar a participação do transporte ferroviário na matriz de logística. Priorizar a ligação Norte-Sul e o escoamento da produção agrícola para os portos brasileiros.
- Promover investimentos na atual malha rodoviária e ferroviária visando a diminuir gargalos e custos de logística.
- Diminuir os riscos de acidentes e de roubo de cargas, com perda de vidas e de produtividade.
- Incentivar a adoção de soluções energéticas e de abastecimento para veículos de transporte que tenham baixa emissão de poluentes.
- Modernizar os portos, tendo como norma a transferência de sua administração para o setor privado e capacitando-os para um fluxo maior de comércio.
- Propiciar investimentos na dragagem dos portos com execução regional desta atividade.
- Reduzir a burocracia aduaneira e o tempo gasto com desembaraço de mercadorias em portos e aeroportos.
- Ampliar e melhorar a infraestrutura de telecomunicação, em especial de banda larga.
- Acelerar os leilões dos blocos de frequência 5G.

II - SETOR ELÉTRICO

DIRETRIZES

- Atender plenamente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 7, das Nações Unidas, assegurando energia a todos com acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível.
- Ampliar a participação das fontes de energia limpa, especialmente eólica e solar, na matriz de energia elétrica, incentivando a geração distribuída onde o consumidor passara a também ser produtor de energia.
- Promover a expansão da bioenergia (cogeração, biogás e biometano), por meio de apoio técnico ao setor sucroenergético e de manejo de resíduos sólidos.
- Colocar usinas a gás natural na base do sistema elétrico dando segurança energética e com isso permitir a expansão das energias intermitentes como eólica e solar e ao mesmo tempo gerenciar melhor o nível dos reservatórios das hidrelétricas.
- Reavaliar as isenções e desonerações na cadeia produtiva do setor, desde o investimento em ativos de geração, transmissão e distribuição até o consumo final, de maneira a canalizar subsídios – quando necessários – de forma explícita e focada em benefício dos usuários de baixa renda.
- Promover amplo debate com a sociedade sobre a implantação de novas centrais termonucleares e de grandes usinas hidrelétricas no Sistema Interligado Nacional (SIN).
- Redefinir prioridades na exploração de potenciais hídricos para fins energéticos, em benefício do uso múltiplo das águas, mediante diversificação das fontes para geração firme e adequação do arcabouço legal e regulatório.
- Fortalecer o mercado livre de energia para torná-la vetor de desenvolvimento econômico, com aumento da abertura do mercado e da competição.
- Estabelecer normas e procedimentos estáveis para a renovação das concessões, autorizações e permissões, ampliando a previsibilidade dos investimentos de longo prazo.
- Aprimorar o ambiente de regulação do gás natural para permitir a expansão das malhas e o seu uso nas usinas termelétricas, para afastar riscos hidrológicos e intermitências sistêmicas.

- Estimular a integração energética com os países sul-americanos reduzindo a necessidade de expansão mediante aumento da eficiência econômica.
- Integrar o planejamento das políticas estaduais de energia com a visão nacional, principalmente na abordagem da geração distribuída e matérias de competência estadual, como a distribuição de gás canalizado.
- Aprimorar o modelo de negócios da distribuição de energia elétrica frente a novos desafios tais como geração distribuída, redes inteligentes (smart grid), modernização da infraestrutura urbana e mobilidade elétrica.
- Adotar políticas regionais levando em consideração as vantagens comparativas de cada região. Temos água e gás natural no Norte, vento no Nordeste, biomassa e gás no Sudeste, biomassa no Centro-Oeste, vento e água no Sul e sol no Brasil todo. Assim devemos promover leilões de energia por região.
- Estimular a integração energética com os países sul-americanos.



III - PETRÓLEO E GÁS

DIRETRIZES

- Consolidar o plano de desinvestimentos da Petrobras, incluindo o processo de venda total ou parcial dos direitos de concessão detidos pela companhia (farm outs), e atrair outros agentes para as atividades de refino e distribuição.
- Harmonizar as políticas de incentivo aos biocombustíveis com a manutenção da oferta de derivados do petróleo por meio do programa Renovabio.
- Garantir uma política de Estado para petróleo e gás que siga as regras de mercado e promova a competição em todas as fases da cadeia. Vamos manter o calendário de leilões para a atividade de exploração e produção.
- Harmonizar as políticas de incentivo aos biocombustíveis com a manutenção da oferta de derivados do petróleo.
- Aprimorar regulamentação para a exploração e produção de petróleo e gás natural em terra, em águas rasas e em campos maduros.
- Investir na expansão das redes de gasodutos e estimular sua integração com os países sul-americanos.
- Ampliar a participação das universidades brasileiras na pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias ligados ao petróleo e ao gás, inclusive com incentivo aos projetos conjuntos entre academia e empresas.
- Apresentar agenda plurianual de leilões, de modo a assegurar previsibilidade na oferta de novas áreas exploratórias, bem como oportunidades contínuas à indústria fornecedora de bens e serviços.
- Promover a avaliação ambiental dos blocos ofertados antes das licitações.
- Dar sequência à iniciativa Gás para Crescer, estudando e elaborando propostas para manter o adequado funcionamento do setor de gás, diante de um cenário de redução da participação da Petrobras.
- Aprimorar o ambiente de regulação do gás natural para permitir a expansão das malhas e o seu uso nas usinas termelétricas, para afastar riscos hidrológicos e intermitências de abastecimento.
- Manter o sistema de preços livres para derivados de petróleo, tendo como referência o mercado internacional. Introduzir periodicidade de reajustes e implementar, em comum acordo com outros entes federativos, alíquotas de impostos flexíveis para suavizar as flutuações de preços no mercado doméstico.

IV - MINERAÇÃO

DIRETRIZES

- Negociar um pacto entre os atores dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, iniciativa privada e população, para dar forma responsável e sustentável à mineração.
- Patrocinar a assinatura de convênios internacionais, para garantir acesso ao estado da arte do conhecimento da atividade de mineração.
- Aumentar o conhecimento geológico brasileiro, priorizando regiões promissoras e aplicando as mais atualizadas tecnologias disponíveis.
- Organizar as informações geológicas e de recursos minerais existentes e criar mecanismos de acesso a essas informações para atrair novos investimentos.
- Fomentar a criação de uma rede de compartilhamento de informações entre agentes públicos, iniciativa privada, academia e sociedade civil na busca de novas soluções ambientais, formas de reciclagem, utilização de rejeitos e estéreis de mineração.
- Incentivar garimpos e pequenas mineradoras a evoluir para cooperativas e facilitar seu acesso aos recursos tecnológicos e de capacitação para que possam adotar as melhores práticas ambientais e operacionais.
- Tornar obrigatório o diagnóstico das necessidades de energia, de infraestrutura e de planejamento territorial, tanto ambiental quanto social, nos estudos de viabilidade econômica de projetos de mineração de médio e grande portes.
- Difundir no exterior as possibilidades da mineração do país, além de trabalhar para buscar acordos comerciais com os países de quem importamos insumos minerais.

V - SANEAMENTO

DIRETRIZES

- Concluir as obras públicas inacabadas.
- Criar marco regulatório e agência reguladora necessários para atrair investimento privado.
- Promover a regeneração e a preservação das águas em todos os seus usos, com prioridade ao abastecimento humano.
- Expandir a cobertura de saneamento nas periferias urbanas.
- Subsidiar água potável efetivamente entregue às populações carentes e esgoto comprovadamente tratado, em vez de pagar por obras que frequentemente não funcionam a contento.
- Apoiar a estruturação de planos de contingência em cenários de escassez ou de cheias excepcionais e garantir a operacionalidade dos sistemas em condições adversas.
- Apoiar a estruturação de projetos de subconcessão, parceria ou privatização em sistemas regionais e locais, para ampliar a participação privada no setor.
- Apoiar a formação de programas operacionais integrados em consórcios intermunicipais, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- Instituir programa nacional de eficiência para apoio técnico e administrativo aos Estados, municípios e prestadores de serviços de saneamento, públicos ou privados.
- Apoiar a capacitação regulatória de sistemas estaduais, regionais e municipais de saneamento.

- Apoiar a articulação dos serviços de saneamento com políticas regionais e locais de uso do solo, meio ambiente, saúde, habitação e mobilidade urbana.
- Apoiar projetos regionais, setoriais e locais de conservação de recursos hídricos, controle de perdas nos sistemas de abastecimento e economia de água nos sistemas prediais.
- Promover programas setoriais de pesquisa, desenvolvimento e inovação em sintonia com as prioridades e vocações regionais.
- Implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos na perspectiva de estimular a Economia Circular no Brasil.
- Fomentar parcerias público-privadas e revisar as leis para permitir inovação no setor dos resíduos sólidos.
- Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, reciclagem e reuso.
- Consolidar uma política de logística reversa com ampliação dos acordos setoriais.
- Investir no aproveitamento da energia contida no lixo, incluindo a destinação final dos resíduos.
- Estimular as cooperativas de catadores, focando na capacitação dos cooperados, e reconhecer os serviços ambientais prestados por eles.
- Garantir a segurança hídrica dos Estados nordestinos por meio da correta operação e manutenção das obras de transposição do Rio São Francisco.

9. INDÚSTRIA

O avanço das principais nações industrializadas rumo à Indústria 4.0 cria um duplo desafio para o Brasil. Além de buscar a incorporação e o desenvolvimento dessas tecnologias, é preciso fazê-lo com agilidade, a fim de evitar que aumente o hiato de competitividade com nossos principais competidores. O foco das iniciativas que têm como horizonte o desenvolvimento da Indústria 4.0 no Brasil deve ser o fortalecimento das empresas que entrarão mais cedo no novo modelo e o estímulo às demais, para acelerarem sua inserção na nova onda tecnológica.

A Indústria 4.0 resulta da incorporação, em larga escala, de tecnologias digitais à produção industrial. Essa nova revolução industrial vai envolver o encurtamento dos prazos de lançamento de novos produtos no mercado, a maior flexibilidade das linhas de produção, o aumento da eficiência no uso de recursos (por exemplo, energia) e a capacidade de as empresas se integrarem em cadeias globais de valor. Temos que passar do modelo de substituição de importações para um modelo de indústria voltada para exportação integrada no mundo.

A combinação do Big Data com o emprego da inteligência artificial propicia a manutenção preditiva das máquinas e dos equipamentos e assegura maior precisão nos procedimentos, eficiência no uso de insumos e maior qualidade nos serviços executados. Outra característica importante é a compatibilização da escala com a flexibilidade das linhas de produção, o que viabiliza a customização em massa.

DIRETRIZES

- Levantar necessidades e oportunidades para aplicação de tecnologias digitais nas cadeias produtivas, levando em consideração a diversidade e as diferenças no estágio de desenvolvimento entre as empresas.
- Priorizar políticas de difusão e de indução da adoção das novas tecnologias, inclusive na geração e transmissão de dados.
- Criar o Programa de Indústria 4.0 no Brasil, abrangendo o conjunto de tecnologias associadas à transformação digital da manufatura, como robótica, internet das coisas, inteligência artificial e big data.
- Aperfeiçoar aspectos regulatórios que afetam o desenvolvimento da Indústria 4.0. A articulação do setor público com o setor empresarial é fundamental para dar conta da diversidade de situações enfrentadas pela indústria. O Programa 4.0 deve conter um modelo de governança que estimule a articulação institucional entre os órgãos públicos responsáveis pela implementação de políticas ligadas à Indústria 4.0 e à digitalização.
- Promover consórcios de instituições de pesquisa e empresas, similar aos programas norte-americanos da indústria avançada, privilegiando tecnologias digitais a partir da especificação de desafios do desenvolvimento brasileiro.
- Desenvolver estratégias para a formação e requalificação de recursos humanos.

10. CIÊNCIA. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A história demonstra que aqueles países que se desenvolveram efetivamente apostaram na Ciência, Tecnologia e Inovação como impulsionadores deste desenvolvimento. O Brasil tem hoje investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento da ordem de cerca de 1,2% de seu Produto Interno Bruto, e precisa ampliar esse percentual para ao menos 2% de seu PIB.

Somente com foco em inovação as empresas conseguem promover o crescimento contínuo de sua produtividade. Sendo assim, torna-se imperativo que o Governo Federal estabeleça as bases normativas e institucionais necessárias para que a inovação atue como fonte primária de produtividade.

Pouca pesquisa se faz direcionada para o desenvolvimento industrial, da agropecuária e do setor de serviços. Em patentes, a participação do Brasil continua muito reduzida e não há prioridades. Reforçar a mola do desenvolvimento significa elevar a capacidade de inovação tecnológica do país. Além disso, o ensino da tecnologia deve estar associado à resolução de problemas sociais e às demandas do setor privado.

DIRETRIZES

- Reconhecer a ciência e a tecnologia em seu valor intrínseco e como elementos essenciais do processo de desenvolvimento econômico brasileiro.
- Promover o aprendizado de ciência baseado em investigação desde o ensino fundamental e introduzir a cultura da inovação nos processos de ensino e pesquisa. Apoiar a formação de jovens cientistas, técnicos e empreendedores.
- Elaborar programa nacional de difusão e disseminação de pesquisas e conhecimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).
- Fomentar um ecossistema de inovação integrando universidades, empresas, fundos de investimento e governo através da regulamentação das leis referentes à CT&I.
- Formular um programa amplo de cooperação internacional para o desenvolvimento do ecossistema de inovação brasileiro.
- Remover obstáculos, nos níveis federal, estadual e municipal para a efetiva aplicação do novo Marco Legal de Ciência e Tecnologia.
- Formar uma Mobilização Governamental para a Inovação, integrando todos os entes da federação e a iniciativa privada.
- Redesenhar os processos das instituições de fomento à inovação para que o acompanhamento de resultados seja permanente e a eficiência, priorizada.
- Modernizar o arcabouço legal para CT&I. Revisar a Lei de Informática e a Lei do Bem.

- Aumentar a operacionalidade do Banco de Tecnologia, adequando as formas de coleta de dados.
- Consolidar o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) como órgão articulador da política de CT&I nos diversos ministérios envolvidos.
- Revisar e explicitar as missões específicas dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.
- Instituir o Sistema Brasileiro de Inovação para promover a modernização e a celeridade no sistema de registro de patentes do país, via revitalização do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).
- Simplificar e desburocratizar as exigências para trabalhar e desenvolver atividades científicas no Brasil por parte de pesquisadores estrangeiros.
- Estimular a cultura de meritocracia nas universidades e instituições públicas de pesquisa.
- Agilizar os processos de importação de insumos para pesquisa.
- Promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas e tecnologias nas seguintes áreas prioritárias, em busca de liderança internacional:
 - Agricultura de precisão
 - Biotecnologia
 - Energias renováveis, biocombustíveis e mudança climática
 - Matérias-primas renováveis e processos biológicos
 - Doenças tropicais e arboviroses
 - Tratamentos médicos customizados
 - Governo digital
 - Cidades sustentáveis
 - Exploração de petróleo
 - Aeronáutica e equipamentos de defesa
- Promover a segurança cibernética como aspecto crítico para a difusão de tecnologias digitais, em consonância com as diretrizes da Política Cibernética de Defesa.

11. EMPREENDEDORISMO

É nossa prioridade incentivar a cultura empreendedora reduzindo barreiras burocráticas, regulatórias e tributárias.

DIRETRIZES

- Promover ações para aproximar universidades do mundo empresarial.
- Revisar os instrumentos legais que regem a criação e a extinção de empresas para estimular o pequeno empreendedor.
- Simplificar os marcos regulatórios que impactam as atividades acadêmicas e empresariais no sentido de inovar e empreender.
- Integrar as agências de apoio à inovação e ao empreendedorismo criando "janelas únicas" de acesso, evitando-se com isso as soluções isoladas e muitas vezes conflitantes.
- Reconhecer o papel do Estado como agente incentivador do empreendedorismo e da inovação, e não apenas da pesquisa científica.
- Adotar programas de apoio às startups no Brasil, com foco especial naquelas que contribuam para o aumento da eficiência da administração pública.
- Estimular o acesso ao capital privado, com medidas de facilitação de crédito e financiamento por meio de marcos regulatórios adequados e segurança jurídica.
- Incentivar o empreendedorismo em universidades públicas e privadas, facilitando a cooperação das empresas nacionais e internacionais com os grupos de pesquisa científicos e tecnológicos.
- Estimular a atração e retenção de empreendedores estrangeiros que desejem constituir negócios no país.
- Introduzir componentes curriculares de empreendedorismo nas diretrizes nacionais de educação básica, profissional e superior.
- Simplificar o processo e a legislação de propriedade intelectual para facilitar e reduzir o prazo médio para registro e obtenção de patentes no país.

II. REFORMA DO ESTADO

Reformar o Estado para melhorar a qualidade do serviço público e a vida das pessoas.

A reforma do Estado requer transformações na governança pública, a simplificação de regras e a descentralização do poder. Exige disposição política para combater o desperdício, o excesso de burocracia, a ausência de mecanismos de avaliação de resultados e de efetividade das políticas públicas, e evitar a corrupção.

A modernização do setor público e a prestação de serviços de qualidade exigem uma mudança de comportamento e de atitude: governos não têm o monopólio das boas soluções. Por isso, é necessário trabalhar em parceria com as pessoas, as entidades e as empresas na busca de soluções inovadoras que resolvam os problemas cotidianos das pessoas.



DIRETRIZES

- Estimular a avaliação dos serviços públicos por todos os seus usuários por meio de formas inovadoras e inclusivas, como o uso de aplicativos em celulares.
- Assegurar a identidade digital como forma de acesso a todos os serviços públicos e garantia de participação ativa na formulação e no aprimoramento de políticas públicas.
- Desenvolver a cultura de avaliação no setor público. Todos os programas e iniciativas do setor público devem ser avaliados em seus resultados e custos. Essas avaliações, incluindo as feitas pelos usuários dos serviços públicos, devem ser elementos fundamentais no ciclo de formulação e aprimoramento de políticas públicas.
- Reorganização funcional do Governo para dar mais eficiência à máquina pública. Exemplos a nível ministerial:
 - Primeiro exemplo: todas as funções orçamentárias ou com implicações orçamentárias hoje exercidas por vários ministérios devem ser realocadas para o Ministério da Fazenda. Todas as instituições financeiras oficiais, exceto o Banco Central, serão subordinadas ao Ministério da Fazenda. Dessa forma, a implementação da política econômica ficará concentrada em um único ministério, evitando políticas díspares ou conflitantes resultantes de sua divisão entre vários ministérios, como tem sido até hoje.
 O objetivo é ter uma execução orçamentária e financeira unificada.
 - Segundo exemplo: vamos redesenhar o Governo com o foco no cidadão. Todos os programas voltados para a redução da pobreza e da desigualdade serão unificados no Ministério do Desenvolvimento Social para dar mais efetividade às políticas e utilizar os recursos existentes da melhor forma possível. O objetivo é aumentar a focalização dos programas, priorizando os que mais precisam.
 - *Terceiro exemplo*: o Ministério do Planejamento irá se concentrar na Reforma de Estado para assegurar o aprimoramento do capital humano do setor público. Será sua a responsabilidade de rever carreiras, criar a meritocracia e assegurar a gestão de talentos.
- Estimular a prestação de contas à população de forma clara e simples.
- Garantir prazos-limite para respostas do setor público às demandas das pessoas, entidades e empresas – licenças ambientais, autorizações etc.

- Coordenar ações para evitar conflitos e resolver com segurança jurídica previamente estabelecida os conflitos de competência e de decisões entre órgãos e agentes do setor público.
- Instituir bancos de dados únicos para políticas sociais e compartilhamento de processos de licenças e autorizações públicas, reduzindo custos de cadastramento para as pessoas, entidades e empresas e coibindo fraudes e desperdícios.
- Instituir um programa de estímulo ao desenvolvimento de startups com produtos voltados ao aumento da eficiência e da qualidade do setor público.
- Estimular o desenvolvimento do ecossistema de inovação, com base no empreendedorismo privado e no experimentalismo, adotando novas soluções e tecnologias para melhorar a eficiência e a qualidade do setor público.
- Modernizar a legislação, o sistema de contratações governamentais e o seu controle, com foco na eficiência pública, no cumprimento efetivo dos contratos e na segurança jurídica.
- Inovar a forma de contratações e licitações do setor público eliminando restrições para reduzir custos e assegurar a provisão de serviços públicos de qualidade.
- Incentivar a profissionalização do setor público, prestigiando a competência e o compromisso com resultados para acesso aos cargos públicos de liderança, por meio de processos transparentes, impessoais e adequados aos respectivos perfis e atribuições.
- Modernizar os concursos públicos com a adoção de mecanismos transparentes e impessoais de avaliação de competências e habilidades.
- Estabelecer mecanismos de governança e exigência de capacitação técnica dos que compõem os comitês de governança para todos os programas e iniciativas do setor público.
- Implementar a avaliação de competências e de resultados no setor público para valorizar os talentos mediante remuneração justa e compatível com as funções exercidas.
- Cuidar do estímulo, da capacitação e da proteção dos agentes públicos para permitir que exerçam adequadamente suas funções.
- Garantir amplo apoio do setor público aos gestores envolvidos na adoção, execução e defesa das decisões complexas de interesse público.

- Fortalecer a cultura de planejamento de curto e longo prazos.
- Fortalecer a cultura de avaliação, metas e indicadores para permitir que a tomada de decisões no setor público seja baseada em evidências.
- Transformar as ações do setor público, tornando-as mais simples, transparentes e eficientes por meio da coordenação intergovernamental e da intensificação de processos automatizados. Buscar resultados mais efetivos e menos custosos para as pessoas, as entidades e as empresas.
- Simplificar e modificar as leis orçamentárias. Assegurar que todo e qualquer imposto, gasto, subsídio e incentivo fiscal esteja refletido no Orçamento. O objetivo é conferir maior transparência às finanças públicas e estimular o debate público sobre o Orçamento da União e suas prioridades.
- Ampliar a participação das pessoas, entidades e empresas na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.
- Aumentar a transparência do processo decisório e da execução das políticas públicas.
- Desenvolver instituições públicas eficazes, responsáveis e transparentes.
- Criar guias para a implementação de políticas públicas, a serem seguidos por todos os órgãos da administração federal.
- Apoiar a formação de consórcios estatais, inclusive entre municípios, para a prestação de serviços públicos e sociais, e para a tomada de decisões conjuntas.
- Aumentar a eficiência das políticas que envolvem diferentes entes federativos na provisão de serviços, uniformizando critérios e evitando duplicação de esforços.
- Simplificar os procedimentos de transferência voluntária de recursos da União para os demais entes federativos e reduzir seus custos.
- Unificar as normas administrativas vigentes nos vários órgãos da União e impor sua revisão periódica, com base em avaliação de resultados.
- Introduzir a avaliação prévia e periódica do impacto regulatório de normas, para assegurar a eficiência e a inovação, e para evitar barreiras burocráticas.
- Assegurar que os objetivos de desenvolvimento sustentável estejam contemplados nas políticas e ações do setor público.

1. SIMPLIFICAR A BUROCRACIA

Nosso objetivo é simplificar a vida de todos brasileiros, reduzindo ao máximo o tempo e os recursos gastos para lidar com as demandas do setor público e do sistema legal. O desperdício de tempo com a burocracia é um custo enorme para as pessoas, as entidades e as empresas, e para o Brasil.

DIRETRIZES

- Implementar uma política permanente de desburocratização que tenha como alvo as pessoas e que adote a confiança e a liberdade como princípios básicos das relações do setor público com a sociedade.
 As pessoas, entidades e empresas não podem continuar à mercê de uma máquina burocrática que não avalia resultados e por isso gera custos excessivos e injustificados, impede a inovação e induz à perda de produtividade.
- Assegurar que as pessoas sejam o ponto focal das políticas públicas.
 As normas e exigências serão reduzidas e simplificadas. A responsabilidade e a liberdade de cada pessoa serão valorizadas, prevendo-se a repressão para os casos de fraude.
- Valorizar a confiança nas pessoas e nas instituições, reconhecendo que a grande maioria age corretamente, e responsabilizando com equilíbrio a minoria que atua fora da lei.
- Instituir o Projeto Cidadão com o objetivo de fazer um levantamento das questões burocráticas que afetam o dia a dia das pessoas, desde o nascimento até a morte, com o objetivo de simplificá-las ou eliminá-las. Simplificar procedimentos para correção de nomes e de erros de grafia, reconhecimento de paternidade, registros de nascimento, reconhecimento de assinaturas, autenticação de cópias, testamento e divórcio, registro de imóveis, inventários, partilhas, protestos de certidões de dívida ativa, regularização de imóvel por usucapião, solicitação e entrega de documentos como passaporte, RG, carteira de trabalho e título de eleitor, entre outras atribuições.
- Usar os recursos do Governo Digital para reduzir custos e simplificar os registros civis e de propriedade.
- Reduzir o tempo e simplificar os requisitos exigidos para abrir e fechar empresas.
- Simplificar a estrutura e a coleta de impostos para facilitar a vida dos cidadãos e das empresas por meio da reforma tributária.

- Acelerar e ampliar o Programa de Facilitação de Comércio (Portal Único) para permitir o incremento do fluxo de comércio exterior.
- Implementar o cadastro positivo para reduzir o custo de crédito para pessoas físicas e pequenas empresas.
- Desburocratizar para melhorar o ambiente de negócios: reduzir custos de transação e a burocracia e permitir a inovação nas diversas etapas do ciclo corporativo.
- Assegurar regimes de transação adequados para as pessoas, entidades e empresas se adaptarem a novas exigências do setor público.
- Impor obrigatoriedade de resposta, em prazo razoável, a demandas das pessoas, entidades e empresas, como pedidos de autorização ou licença, e de esclarecimentos sobre a interpretação e aplicação das normas tributárias regulatórias ou administrativas.
- Assegurar o respeito à confiança das pessoas, empresas e entidades que se relacionam com o poder público, evitando a insegurança jurídica.
- Estimular o consensualismo na solução de irregularidades, incertezas ou conflitos envolvendo o setor público.



2. GOVERNO DIGITAL

DIRETRIZES

- Determinar o compartilhamento de infraestrutura, sistemas, cadastros e serviços digitais nos diversos órgãos do setor público, de forma a eliminar desperdícios e reduzir a fragmentação da informação. Consolidar as diversas bases de dados existentes em plataformas de fácil acesso.
- Disseminar, no setor público, o uso de soluções de inteligência artificial, blockchain e Internet das Coisas (IoT).
- Alinhar as bases digitais de registros públicos às diretrizes de desburocratização.
- Promover a identidade digital online para a acesso aos serviços públicos e sociais na modalidade de autosserviço, combatendo fraudes.
- Democratizar o acesso aos serviços públicos e sociais prestados por meios digitais e disponibilizá-los de maneira consolidada em plataforma única.
- Priorizar a migração do atendimento à população para as plataformas digitais, em especial os aparelhos móveis.
- Desenvolver canais digitais que propiciem a colaboração das pessoas, entidades e empresas em todo o ciclo das políticas públicas.
- Promover um ambiente jurídico-regulatório que estimule investimentos e inovação nas tecnologias de segurança de dados.
- Garantir a disponibilidade, integridade e autenticidade dos dados e informações públicas. Proteger a privacidade e o sigilo dos dados pessoais e confidenciais.

III. POLÍTICA SOCIAL INOVADORA

O Brasil não é apenas um país
de grandes desigualdades sociais.
É também uma nação profundamente
injusta. O Brasil apresenta a 10^a maior
desigualdade de renda do mundo
(entre 158 países, segundo as últimas
estimativas do BIRD). E este histórico
quadro de injustiça foi agravado
pela recessão e o desemprego
que resultaram das políticas populistas.

Além de assegurar as bases para um crescimento elevado e sustentado, vamos garantir a igualdade de oportunidades, e prover uma rede de proteção social para os mais vulneráveis.



1. REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE

Reorientar os gastos públicos para promover a efetiva igualdade de oportunidades, erradicando a extrema pobreza. Não devemos gastar recursos escassos na manutenção de uma máquina pública excessiva, custosa e ineficiente. Temos que voltar os gastos para políticas focalizadas nos mais vulneráveis. A focalização permite aumentar o valor dos benefícios para quem de fato deles necessita.

DIRETRIZES

- Garantir a incorporação do conceito de pobreza multidimensional no desenho e na focalização de políticas de combate à pobreza.
 Levar em consideração também que as políticas de combate à pobreza devem compreender outros aspectos além da renda, como moradia, status nutricional etc.
- Incorporar a heterogeneidade no redesenho de políticas de combate à pobreza, considerando as diferentes realidades locais dos extremamente pobres, pobres e vulneráveis.
- Implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para erradicação de pobreza, fome zero, agricultura sustentável e redução de desigualdades.
- Implementar, em escala nacional, e para todos, medidas e sistemas de proteção social adequadas, incluindo pisos, e atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.
- Erradicar a pobreza extrema no país.
- Introduzir políticas para combater práticas discriminatórias que afetem o atendimento da igualdade de oportunidades para todos.
- Otimizar o uso dos bancos de dados existentes no setor público para aprimorar a focalização de iniciativas de combate à pobreza.
- Reduzir custos e aumentar eficiência das políticas sociais integrando bases e aprimorando o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

2. A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Temos, atualmente, um conjunto complexo e descoordenado de ações de proteção social. A implementação de políticas de amparo aos mais vulneráveis que sejam simultaneamente efetivas e eficientes é um eixo central deste programa. Um brasileiro deve ter fácil acesso à todas as políticas públicas de amparo e proteção social.

DIRETRIZES

- Aumentar a eficiência e efetividade das ações de proteção social.
- Reduzir custos e aumentar eficiência das políticas sociais integrando bases e aprimorando o CadÚnico.
- Instituir uma única porta de entrada para todas as políticas de proteção social, garantindo informações acessíveis sobre os programas e benefícios sociais por meio de campanhas direcionadas a seus beneficiários.
- Aumentar eficiência das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por meio de ações coordenadas entre União, Estados e municípios.
- Acompanhar o cidadão ao longo do processo de integração produtiva: desde a subsistência até a garantia de uma rede de amparo ao trabalho formal.
- Garantia de atenção integral à Primeira Infância.
- Desenvolver programas que estimulem o investimento na habitação popular segura, adequada e a preço acessível e nos serviços básicos como luz, água e saneamento.
- Melhorar a segurança da mobilidade urbana por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
- Aumentar eficiência de gastos com urbanização inclusiva e sustentável, por meio do planejamento visando o desenvolvimento sustentável no longo prazo.
- Montar rede de apoio eficiente e efetiva para o atendimento de pessoas afetadas por catástrofes naturais.
- Estabelecer parcerias com o setor privado com o objetivo de apoiar iniciativas esportivas e culturais comunitárias.
- Fortalecer a articulação das ações dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), escolas, unidades básicas de saúde (UBS), Estratégia Saúde da Família (ESF) e demais agentes de políticas sociais.
- Instituir a agenda de reorganização dos serviços socioassistenciais, em parceria com os conselhos municipais, estaduais e nacional de assistência social.

3. NOVAS AGENDAS PARA A POLÍTICA SOCIAL

DIRETRIZES

- Assegurar que a igualdade de oportunidades para todos seja o princípio norteador das políticas públicas sociais.
- Bolsa Família 2.0: instituir uma política integrada de proteção social para todos os brasileiros, aprimorando e ampliando o alcance do Cadastro Único. O objetivo é focalizar melhor os gastos sociais em favor dos mais necessitados, assegurando renda estável, inclusão produtiva, capacitação profissional e autonomia por meio do trabalho.
- Garantir entrada imediata e retorno automático para o programa Bolsa Família. Qualquer cidadão elegível ao Bolsa Família tem sua entrada e retorno automaticamente garantidos. O beneficiário que sair do programa poderá retornar automaticamente ao programa sempre quando necessário. Assim, um trabalhador que saiu do programa, mas que se encontra desempregado ou em condições de vulnerabilidade, poderá acionar e retornar automaticamente ao programa. Nosso objetivo é garantir que nenhum brasileiro tenha que sofrer com a possibilidade de ficar desamparado pelo Estado se sair do mercado formal de trabalho.
- Garantir uma porta única de entrada para todos os programas sociais. Nosso objetivo é integrar as ações sociais tornando-as mais eficientes e efetivas.
- Focalizar os subsídios de gás nos mais necessitados.
- Implantar em todas as capitais ao menos um restaurante da rede Bom Prato Brasileiro, que serve refeições a R\$ 1,00.
- Modernizar a gestão do FGTS. Sua remuneração mínima será dada pela taxa de juros de captação de longo prazo do Tesouro Nacional. O FI-FGTS deverá ser extinto.
- Promover o direito de propriedade por meio da regularização de residências e terrenos ocupados por populações desfavorecidas, incluindo a possibilidade de uso de imóveis como garantia de crédito.
- Fortalecer políticas afirmativas de defesa de direitos e inclusão de grupos que sofrem exclusão ou são alvos de preconceitos, com foco na inclusão produtiva por meio de um programa integral de atenção primária e políticas de trabalho ativas, como a licença parental.
- Fortalecer ações para orientar mães em situação de vulnerabilidade para se integrar ao mercado de trabalho e obter empregos formais.
- Adotar e implementar políticas e planos integrados para a inclusão social, a eficiência de uso dos recursos naturais, a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres. Desenvolver e implementar o gerenciamento holístico do risco de desastres.
- Promover políticas públicas, articulando transporte, infraestrutura e oferta habitacional, para aumentar a eficiência de ambientes urbanos, favorecendo o aumento de produtividade, competitividade e crescimento econômico. As ações de governo serão orientadas para incentivar o desenvolvimento local e o bem-estar das populações.

4. QUALIFICAR O EMPREGO E EXPANDIR A RENDA

DIRETRIZES

- Adotar políticas efetivas na redução da amplitude das flutuações na renda monetária de famílias com baixa renda.
- Promover políticas para estimular o empreendedorismo e a inovação.
- Usar as plataformas do governo digital para facilitar o acesso a oportunidades e formalização das pequenas, médias e microempresas.
- Redesenhar os programas de apoio e qualificação do trabalhador para aumentar a empregabilidade.
- Aumentar incentivos à formalização do trabalho, inclusive por meio da desoneração da folha de pagamentos.
- Estimular a formalização dos trabalhadores urbanos e rurais.
- Criar ações de fomento e estímulo para permitir ao jovem seu primeiro emprego formal.
- Desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho.
- Introduzir políticas para combater práticas discriminatórias.
- Estimular a adoção de arbitragem e instâncias privadas de mediação em conflitos trabalhistas.
- Estimular as empresas a promoverem, junto aos seus empregados, programas de qualidade total e de inovações voltados à solução de problemas, melhoria de processos, segurança no trabalho e aumento da produtividade.
- Simplificar e desburocratizar as leis e normas relativas à permissão de trabalho de estrangeiros no Brasil. Introduzir procedimentos de concessão rápida de vistos a mão de obra qualificada e empreendedores.

IV. COMPROMISSO COM A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

As imensas distorções ainda
existentes na realidade regional
brasileira levam a indicadores
socioeconômicos muito díspares
no âmbito do território nacional.

A instituição de uma verdadeira política
de desenvolvimento regional, com atenção
às peculiaridades regionais e respeito
à autonomia dos entes federados, deve

ser uma prioridade governamental.

É necessário um esforço governamental que coordene todas as políticas públicas para obter uma melhoria substancial nas condições de vida das regiões menos desenvolvidas.

DIRETRIZES

- Assegurar as condições e o ambiente institucional adequados para a identificação e o fortalecimento das potencialidades de cada região como diretrizes das políticas públicas.
- Articular com os governos estaduais a criação de programas de geração de empregos, renda e oportunidades. Mão de obra local deve ser qualificada para suprir carências da demanda do setor privado local.
- Racionalizar as políticas de desenvolvimento regional: adotar modelos eficientes e diversificados de financiamento, inclusive por meio de parceiras público-privadas (PPPs), para a melhoria da infraestrutura regional, com criação de empregos formais para a mão de obra local.
- Concluir obras em andamento com eficiência e celeridade, com foco especial naquelas com impacto social significativo em regiões de baixo desenvolvimento socioeconômico.
- Estabelecer rede de amparo para lidar com as consequências de eventos climáticos extremos e catástrofes naturais, com atenção especial às regiões de baixo desenvolvimento socioeconômico sujeitas a estes fenômenos.
- Estabelecer parceria permanente com Estados e municípios, como agentes regionais e locais de desenvolvimento.
- Estimular a implantação de ações comunitárias nas regiões de menores índices de desenvolvimento humano e social.

1. REGIÃO NORTE

DIRETRIZES

- Fomentar a criação de um Sistema Amazônico de Ciência Tecnologia e Inovação e de uma ampla rede de instituições e pessoas ligadas ao tema.
- Fazer, em cooperação com os Estados, um macrozoneamento econômico e ecológico da região, identificando as áreas de preservação integral, de uso intensivo, de uso restrito e a serem recuperadas, tendo como referência o objetivo de alcançar o desmatamento líquido zero, bem como criar condições para o uso sustentável da terra.
- Fortalecer, em parcerias com os Estados, o desenvolvimento das economias tradicionais, visando a sua sustentabilidade, a expansão de suas cadeias produtivas e a maior adição de valor aos seus produtos.
- Apoiar iniciativas de capacitação das pessoas envolvidas em atividades extrativistas de bens renováveis.
- Promover, em cooperação com os Estados, a Avaliação Territorial Estratégica (ATE) dos grandes projetos estatais e privados que estejam paralisados, em execução ou programados, para mensurar o impacto de cada um em seu entorno.
- Criar uma base única para os cadastros fundiários dos Estados e da União, acelerando o processo de reconhecimento e regularização das terras, levando segurança jurídica a quem produz e reduzindo os conflitos no campo.
- Apoiar a criação de unidades de conservação estaduais e municipais e implementar uma clara política de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REED) e operacionalização de compensação de reservas em áreas públicas e privadas, reconhecendo na prática que a floresta em pé é um ativo a ser preservado.
- Incluir a dispersão e diversidade populacional como variável determinante na implementação das políticas públicas na Região Norte.
- Apoiar a criação de um sistema de transportes intermodal que respeite as características da região, valorizando o potencial hidroviário natural e criando um sistema de portos que lhe dê suporte.

2. REGIÃO NORDESTE

DIRETRIZES

- Direcionar recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para a criação de um fundo de apoio à pesquisa e inovação na região, baseado na integração de universidades, empresas e governos.
- Apoiar o crescimento ou a implantação de hubs de inovação nas cidades polo do Nordeste.
- Direcionar recursos do FNE para um fundo de capital de risco destinado a apoiar startups surgidas na região.
- Fortalecer o Fórum das Cidades Médias G20+20 do Banco do Nordeste, que define uma rede de cidades médias a serem apoiadas nos seus projetos de oferta de serviços públicos.
- Fortalecer e expandir o programa de microcrédito do Banco do Nordeste, o Crediamigo.
- Apoiar a estruturação de um plano de gestão dos recursos hídricos da região, incluindo:
 - A instalação de usinas de dessalinização
 - A revitalização do São Francisco
 - O plano de operação da Transposição do São Francisco
- A criação de um centro de pesquisa e ensino focado em novas tecnologias e processos de gestão da água.
- Expandir o potencial do Nordeste na geração de energia limpa e renovável e apoiar programas de instalação de energia solar em residências, comércios, pequenas propriedades rurais e prédios públicos.
- Estimular, por meio da Embrapa, a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias agropecuárias e ambientais para o semiárido, e apoiar a difusão das tecnologias já disponíveis.

3. REGIÃO CENTRO-OESTE

DIRETRIZES

- Atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Integrado do Brasil Central (BC).
- Apoiar e facilitar o investimento nos eixos logísticos que permitem o escoamento da produção regional.
- Reduzir as barreiras à exportação e buscar ativamente ampliar o mercado externo para os produtos da região.
- Apoiar iniciativas para aumentar a base exportadora e agregar valor às exportações da região, com atenção particular à exportação de serviços.
- Desenvolver estratégias para o ensino técnico e profissionalizante tendo em vista a vocação econômica da região.
- Apoiar iniciativas de empreendedorismo social nas pequenas comunidades da região, como meio de alcançar o desenvolvimento sustentável.



V. EDUCAÇÃO PARA GARANTIR A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Serei o Presidente da Educação. Vamos investir na Primeira Infância para garantir a igualdade de oportunidades, assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o segundo ano do Ensino Fundamental e garantir aos jovens do Ensino Médio uma educação de qualidade, que os prepare para o mundo do trabalho do século XXI. Precisamos superar no Brasil a visão de Educação apenas como política social. Ela deve ser vista como ativo estratégico, uma alavanca para reduzir a desigualdade e aumentar a produtividade da economia. É isso que foi feito nos países que realmente evoluíram.

No meu governo, vamos dar prioridade à educação básica. Nosso programa terá três pilares. Um deles é a Primeira Infância, que inclui crianças de zero até 6 anos. O foco será nas famílias vulneráveis, oferecendo as mesmas chances a todas as crianças. Isso se dará integrando os serviços de Saúde, Assistência Social e Educação. Cada criança terá prontuário único, reunindo informações das três áreas e um plano de desenvolvimento infantil personalizado. O Programa da Primeira Infância ficará subordinado à Presidência, para que eu acompanhe de perto os avanços.

O segundo pilar é centrado na juventude. A ideia é aproveitar a reforma do Ensino Médio em curso para tornar a escola interessante para o jovem, conectada com as demandas do século XXI. Consolidar o modelo de escolas em período integral faz parte dessa estratégia, por possibilitar que os jovens voltem a sonhar com seu projeto de vida. Ao final do Ensino Médio, o jovem deve estar preparado para trilhar três caminhos virtuosos: o mundo do trabalho, do empreendedorismo e da universidade.

O terceiro pilar da educação básica é o professor. Vamos redesenhar a carreira docente, reformulando sua formação inicial. É preciso criar um novo currículo que contemple as competências e habilidades da era digital e práticas em sala de aula, aumentando significativamente seu salário e articulando novos reajustes com o cumprimento de metas.

Para o Ensino Superior, teremos uma nova abordagem para aproximar as universidades do setor produtivo. O objetivo é estimular a inovação e a pesquisa aplicada. Vamos transformar nossas universidades em centros de excelência acadêmica, alinhadas com a competitividade da economia global. A Educação representa uma oportunidade valiosa de crescimento pessoal e no meu governo estará no coração do desenvolvimento do país.

1. GOVERNANÇA E FINANCIAMENTO

DIRETRIZES

- Repactuar com Estados e municípios as responsabilidades de cada ente federado e o modelo de financiamento do sistema educacional para garantir a coordenação, articulação e integração das ações e políticas educacionais dos diferentes entes federados.
- Reformular as regras de repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de forma a torná-los mais distributivos, eliminar critérios subjetivos e incentivar Estados e municípios com melhores desempenhos.

2. PROFESSOR

DIRETRIZES

- Tornar a carreira do professor desejada pelos jovens e atrair bons alunos para o magistério, assim como acontece nos países com os melhores desempenhos educacionais.
- Ter os cursos de formação inicial dos professores conectados às competências e habilidades do século XXI e com a prática em sala de aula.
- Modificar os critérios de formação de professores, reduzindo a ênfase nas teorias de ensino e aumentando a ênfase no aprendizado das melhores técnicas de como ensinar.
- Definir diretrizes nacionais para as carreiras do magistério público de educação básica, promovendo uma reformulação profunda do modelo atual a fim de oferecer aos professores salários compatíveis com os de outros profissionais de mesmo nível de formação e um plano de desenvolvimento profissional baseado no seu desempenho em sala de aula.
- Criar uma certificação nacional docente para a admissão dos professores para a educação básica.
- Reestruturar os programas de formação continuada no sentido de contemplar a ampliação do conhecimento pedagógico do conteúdo a ser trabalhado e os desafios específicos vivenciados pelos professores em sala de aula.
- Incentivar o uso de tecnologia e seu domínio pelo professor com o objetivo de gerar inovação e novas metodologias para potencializar o processo de aprendizagem dos alunos.
- Valorizar o magistério por meio de carreiras que articulem progressão salarial com aprendizado dos alunos.

3. PRIMEIRA INFÂNCIA

DIRETRIZES

- Coordenar as iniciativas governamentais referentes à Primeira Infância no gabinete da Presidência, de forma a potencializar a integração entre as áreas de Saúde, Assistência Social e Educação com foco nas crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, para garantir seu pleno desenvolvimento, nesta fase crucial do desenvolvimento humano.
- Garantir prioridade absoluta às crianças de 0 a 6 anos das classes mais vulneráveis nos termos da Constituição Federal e do Marco Legal da Primeira Infância.
- Assegurar que mães, pais ou responsáveis tenham condições e recursos para dar a atenção devida às suas crianças nesta etapa de vida.
- Acompanhar o desenvolvimento de cada criança e avaliar a qualidade dos serviços de atendimento à Primeira Infância.
- Garantir o atendimento universal para as crianças de 0 a 3 anos mais vulneráveis ou em situação de risco.
- Assegurar a cobertura total da oferta de Educação Infantil de 4 e 5 anos com qualidade, garantindo a inclusão das 500 mil crianças nessa faixa etária que ainda estão fora da escola.

4. ALFABETIZAÇÃO

DIRETRIZES

- Garantir que todas as crianças brasileiras estejam plenamente alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.
- Estabelecer o conjunto de redes prioritárias a partir dos microdados da Avaliação Nacional da Alfabetização, priorizar o apoio do Governo Federal para essas redes.
- Apoiar Estados e municípios na adoção de recursos pedagógicos e materiais didáticos, físicos e digitais, específicos para o processo de alfabetização, promovendo tecnologias que apoiem a alfabetização e o letramento digital.
- Fortalecer a formação e a valorização de professores alfabetizadores.
- Alfabetizar mães em situação de vulnerabilidade.
- Atrair para dentro da escola e promover oportunidades educacionais para jovens analfabetos de 15 a 29 anos que estão dentro e fora da escola.

- Garantir a melhoria da qualidade e melhoria contínua do ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Implementar com sucesso a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental.

5. ENSINO MÉDIO

DIRETRIZES

- Utilizar o desempenho do exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) como baliza para o aperfeiçoamento e a avaliação das políticas educacionais na Educação Básica.
- Oferecer uma Educação que agregue valor ao jovem, voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências do século XXI, além da aquisição de conteúdo específico, para que ele saia da escola pronto para ingressar no mundo do trabalho, empreender ou continuar seus estudos na universidade.
- Atingir 50% de cobertura de matrículas em tempo integral no Ensino Médio até 2026.
- Trabalhar ativamente para boa implementação da reforma do Ensino Médio visando a redução de 50% da evasão escolar nesse ciclo.
- Dar todo o apoio, suporte e as condições para os Estados implementarem de forma adequada a reforma do Ensino Médio a fim de tornar a escola mais atraente e completa para o desenvolvimento dos jovens e assim facilitar as transições entre as etapas de sua vida.
- Aproximar educação e trabalho e fortalecer o Ensino Técnico
 e Profissionalizante em sintonia com o setor produtivo, a fim de alinhar
 a oferta de cursos às demandas de mercado nacionais e regionais.
- Modernizar a Lei do Aprendiz, facilitando a contratação dos jovens para o primeiro emprego.
- Promover uma política pública integrada e intersetorial para promover o desenvolvimento social e econômico e acadêmico do jovem, atraindo o seu interesse de volta para a escola. Essa política deve priorizar os mais vulneráveis e em situação de risco, tais como usuários de álcool e drogas, vítimas de violência sexual e jovens grávidas.
- Retomar a discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio e implementá-la em consonância com a reforma desta etapa do ciclo escolar, já aprovada.

6. ENSINO SUPERIOR

DIRETRIZES

- Garantir a autonomia das universidades desde que vinculada a avaliações externas e gestão de resultados.
- Garantir que todo o jovem que entre na universidade tenha condições de acompanhá-la e concluí-la com êxito, diminuindo drasticamente a evasão nos primeiros anos da educação superior.
- Acompanhar com rigor o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para direcionar alunos a instituições de qualidade comprovada pelo Ministério da Educação.
- Viabilizar um novo modelo alternativo de financiamento estudantil para o ensino superior, inspirado no modelo australiano, com a adoção de uma modalidade de crédito em que as condições de amortização considerem a renda do indivíduo ao longo de sua vida profissional.
- Reformar o currículo da formação inicial de professores, reduzindo a ênfase nas teorias de ensino e aumentando a ênfase nas didáticas e práticas de como melhor ensinar, além de promover parcerias entre universidades e redes de ensino a fim de formar professores para a educação básica, preparados para as demandas do século XXI e para os desafios em sala de aula.
- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas nas instituições universitárias públicas e privadas de excelência, em articulação com o setor produtivo, de modo a garantir a competitividade do país em ciência, tecnologia e inovação.
- Incentivar o debate em torno de um novo modelo de ensino superior, com cursos e currículos que formem jovens preparados para ingressar no novo mundo do trabalho e capazes de lidar com os desafios do século XXI.
- Consolidar e ampliar a cooperação internacional entre universidades brasileiras e estrangeiras.
- Criar o Programa de Excelência das Universidades. Apoiar, na forma de uma chamada pública competitiva, projetos de melhoria significativa de um conjunto seleto de universidades que se proponham a se transformar em instituições de classe mundial, selecionando projetos institucionais de melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, com ênfase na internacionalização de suas parcerias e dos corpos docente e discente.

VI. SAÚDE TERÁ FORTALECIMENTO DO SUS E GESTÃO INTEGRADA

Vamos melhorar a qualidade da saúde pública para que tenhamos boa qualidade de vida num país que envelhece rapidamente. É fundamental aprimorar o SUS - Sistema Único de Saúde -, que garante o acesso à saúde pública a todos os brasileiros.

Quero que todos os brasileiros tenham o seu médico da família; um médico que conheça o seu histórico de saúde e de doenças. Isso exigirá um grande investimento em sistemas de integração de dados, telemedicina e prontuário eletrônico por meio da convergência de tecnologias digital, físicas e biológicas, que ajudarão a combater o desperdício, melhorar a qualidade da gestão da saúde e do atendimento à população, principalmente da saúde básica. Sou médico e, por isso, cuidar da saúde das pessoas é algo que me toca particularmente o coração.

Darei atenção especial à saúde porque ela é vital para assegurar a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. As pessoas querem ser bem atendidas nos hospitais e, para isso, é vital combater uma doença que está matando a saúde pública: o desperdício. Exames redundantes, fraude e judicialização são os três principais fatores que sorvem mais de um terço dos recursos que gastamos com a saúde.

A melhoria da gestão da saúde é vital para combatermos o desperdício, mas é igualmente importante criarmos novos mecanismos de financiamento à saúde. O Brasil está envelhecendo rapidamente e o custo com a saúde pode crescer exponencialmente se não dermos especial atenção ao atendimento primário, à prevenção e a um novo pacto federativo entre União, Estados e municípios. Além da gestão de recursos para a saúde, há, portanto, que se atuar na gestão assistencial, buscando o melhor resultado ou desfecho clínico.

DIRETRIZES

- Garantir a sustentabilidade do setor de Saúde revendo o seu modelo de financiamento, estrutura e eficiência de gastos. Incentivar as parcerias público-privadas no campo da Saúde.
- Garantir a sequência de acesso a todos os níveis da rede de serviços
 do médico de família ao hospital e assegurar a oferta de serviços de qualidade em todo o percurso, com disponibilidade de médicos, demais profissionais de saúde, instalações, equipamentos e medicamentos.
- Instituir o Cartão-Cidadão da Saúde, combinando o prontuário eletrônico, o histórico clínico individual e a prescrição eletrônica de medicamentos, para todos os usuários do SUS e da saúde suplementar, por meio de tecnologia de ponta sustentada.
- Fortalecer a Estratégia da Família, com maior articulação entre os entes federativos, qualificando sua cobertura, estruturando-a como "porta de entrada" do SUS e garantindo que este atenda a todas as necessidades de promoção, prevenção e atenção básica da população brasileira.
- Garantir a promoção da saúde e a prevenção ao alcance de todos, por meio do estabelecimento de uma política de longo prazo de educação e comunicação pública em saúde.
- Promover em caráter emergencial mutirões para reduzir filas de espera de cirurgias eletivas, em parceria com Estados, municípios e entidades médicas.
- Reativar os leitos ociosos do SUS em todo o país.
- Reduzir as desigualdades regionais no acesso à saúde e referenciar o atendimento regional por meio de redes integradas.
- Criar rede nacional de ambulatórios médicos de especialidades, voltados ao atendimento e resolução de casos de pequena e média complexidade.
- Criar rede nacional de atendimento e de hospitais de urgência, preparados e com competência para o cuidado de doentes graves.
 Separar o SAMU em dois serviços distintos: um exclusivo para o atendimento de emergências e um para a realização de transporte sanitário.
- Instituir programa nacional de gestão sustentável para as Santas Casas.



- Instituir a carreira nacional dos profissionais de saúde e estabelecer políticas de remuneração vinculadas à qualidade e ao desempenho assistencial.
- Modernizar e intensificar os sistemas de fiscalização da Saúde.
- Padronizar e regular a divulgação pública de indicadores de desempenho de hospitais e outros prestadores.
- Assegurar que os serviços de saúde ofereçam acessibilidade física, atitudinal e de comunicação, atendendo às especificidades das pessoas com deficiência sensorial, física, intelectual e mental.
- Fortalecer e ampliar o complexo produtivo da saúde no Brasil, estimulando o investimento público e privado em tecnologia e inovação.
- Combater a judicialização das questões de saúde, em especial com a disponibilização de informação técnica para os juízes em âmbito nacional.
- Submeter o sistema de saúde à acreditação, por meio de parcerias com organizações nacionais e internacionais.
- Criar o sistema de desospitalização, envolvendo o atendimento domiciliar, hospital dia e clínicas de retaguarda.

1. PROGRAMAS DE SAÚDE

DIRETRIZES

- Aprofundar os avanços sanitários alcançados no Brasil, reduzindo as taxas de mortalidade infantil e materna.
- Ampliar a produção nacional de vacinas e o Programa Nacional de Imunizações, incorporando a ele novos imunizantes.
- Criar programa nacional de prevenção, acolhimento, tratamento e inserção social dos pacientes usuários de álcool e drogas, com atenção especial aos jovens.
- Aumentar taxação em produtos que causam danos explícitos à saúde, como o tabaco, para desencorajar o uso e desonerar a sociedade do alto custo de saúde associado ao tabagismo.
- Criar rede nacional de combate ao câncer e programas nacionais de prevenção aos cânceres de maior prevalência, tais como o de mama e de próstata.
- Implementar uma Rede Nacional de Reabilitação e Readaptação, com centros e clínicas destinadas ao cuidado de portadores de deficiências físicas, garantindo o acesso gratuito a profissionais, exames e medicamentos.
- Criar rede nacional de ambulatórios de atendimento às doenças raras e negligenciadas.
- Estruturar uma rede de nacional de atendimento ao idoso, da atenção primária à terciária, com equipes multidisciplinares aptas a realizar o diagnóstico e o cuidado das doenças mais prevalentes nessa faixa etária, e especialmente voltadas às doenças neuropsiquiátricas de curso crônico.
- Instituir rede nacional de ambulatórios especializados na prevenção, diagnóstico e tratamento das DST e hepatites virais, com atenção especial à transmissão materno-fetal de AIDS e sífilis.
- Expandir os programas de prevenção da doença cardiovascular.
- Fomentar ações voltadas à prevenção da gravidez precoce e ao atendimento à gravidez de risco, partos prematuros e prevenção da mortalidade materna.
- Criar ações para combater o aumento de peso e a obesidade, especialmente entre crianças e adolescentes, e apoiar a melhoria da qualidade dos alimentos oferecidos nas escolas.
- Oferecer reabilitação oral para todos os brasileiros em parceria com as entidades de classe.
- Difundir o uso da telemedicina, permitindo a criação de um programa nacional de "segunda opinião".
- Padronizar e regular a divulgação pública de indicadores de desfecho clínico de hospitais e outros prestadores, que permita a avaliação comparativa dos resultados.

VII. SEGURANÇA PÚBLICA TERÁ GESTÃO E METAS PARA COMBATER VIOLÊNCIA E CRIME ORGANIZADO

O crime gera insegurança nas cidades e no campo, destrói as nossas famílias e reduz os investimentos e os empregos.

Vamos combater o crime organizado, o tráfico de armas e de drogas que passam pelas nossas fronteiras, alimentam o crime organizado, matam os nossos jovens e nos colocam entre os países com uma das mais altas taxas de homicídio do mundo. O sistema de segurança pública precisa aprimorar seus mecanismos de gestão.

O Governo Federal irá trabalhar, de forma integrada, com os Estados e municípios para a construção de um sistema único de segurança pública. Precisamos de metas nacionais de redução de roubos, furtos e homicídios. Trabalharemos para diminuir o poder do crime organizado nos presídios do país, com a integração dos serviços de inteligência e a qualificação das polícias.

Especial atenção será dada aos homicídios entre os jovens que ocorrem nas áreas mais vulneráveis das grandes cidades brasileiras. Vamos atuar na proteção social, cuidar das vítimas da violência de gênero e do racismo, mediar conflitos e evitar que os jovens ingressem no crime e no tráfico. Investiremos nos sistemas de inteligência nas fronteiras do país e empregaremos a nossa diplomacia para trabalhar com os países vizinhos para combater o tráfico de armas e de drogas que passam pelas nossas fronteiras.

DIRETRIZES

- Criar um sistema de metas nacionais para a segurança pública, sob gestão do Ministério da Segurança Pública.
- Criar um Programa Nacional de Redução de Homicídios, com foco especial nas localidades com índices acima de 40 homicídios por cem mil habitantes.
- Aprimorar os instrumentos de gestão compartilhada de informações e sistemas de inteligência em diferentes níveis de governo e entre órgãos de diferentes naturezas.
- Instituir uma central de inteligência policial em Brasília, integrada com os bancos de dados criminais e com o sistema informatizado de impressões digitais dos Estados.
- Criar a Guarda Nacional como polícia militar federal apta a atuar em todo o território nacional, para cobrir demandas não atendidas pelas polícias federal e estaduais, em especial no patrulhamento preventivo das áreas rurais e no controle dos conflitos agrários, e para reduzir a necessidade de envolvimento das Forças Armadas em questões internas de segurança.
- Criar o Grupo de Segurança Pública (GPS), força-tarefa de resposta rápida composta por policiais federais, auditores fiscais, especialistas em inteligência (inclusive das Forças Armadas), analistas criminais e consultores em gestão, para dar apoio aos Estados mais afetados pela criminalidade no país. As equipes GPS levarão capacidade técnica para os Estados na área de análise criminal, investigação e persecução criminal e de inteligência. Trabalharão com sistemas de gestão utilizados pelas melhores empresas do país para assessorar os Estados no cumprimento das metas nacionais de redução dos homicídios e de investigação dos crimes violentos.
- Criação de uma Academia Nacional de Polícia dedicada a formação de instrutores e o desenvolvimento da ciência policial em âmbito nacional e de um currículo mínimo nacional para a formação policial



- Fortalecer a Polícia Federal nas suas atividades de inteligência e fomentar a criação de núcleos de combate ao crime organizado, aos crimes do colarinho branco e aos grupos criminosos de atuação interestadual e transnacional.
- Investir em softwares e equipamentos de inteligência, com seleção e treinamento de pessoal habilitado para apoiar as atividades de investigação das superintendências da Polícia Federal.
- Estabelecer um padrão nacional para os procedimentos operacionais das polícias militares, garantindo qualidade técnica nas operações e padronização no atendimento do público.
- Desenvolver redes de treinamento com participação do Exército, Marinha e Aeronáutica, bem como academias policiais e universidades.
- Padronizar as carreiras policiais, respeitando suas essências, e definir critérios de promoção por mérito (cursos mínimos e requisitos de formação) para as polícias estaduais.
- Propor nova legislação para as Guardas Municipais, ampliando o papel das prefeituras na segurança.
- Apoiar uma ampla revisão da Lei de Execução Penal para tornar mais difícil a progressão de penas para os infratores que cometeram crimes violentos ou tenham comprovada participação em grupos organizados.
- Tornar mais rigoroso o tratamento dado a adolescentes reincidentes em atos violentos e cruéis, garantindo-se os princípios do sistema socioeducativo vigente, mas aprimorando-se a possibilidade de diferenciar infratores violentos e não violentos.
- Apoiar a aprovação do projeto de novo Código Penal, com tipificação de novos delitos e maior consistência na relação delitos-penas.
- Apoiar a aprovação da proposta de alteração do Código de Processo Penal, que moderniza a lógica do sistema acusatório e do sistema de investigação.
- Promover leis e ações por meio do novo Sistema Único de Segurança Pública que ampliem o poder de correição das polícias.
- Investir na tecnologia de monitoramento e despacho operacional para o atendimento de ocorrências na região da fronteira.
- Ampliar o esforço diplomático e de assistência internacional aos países vizinhos em matéria jurídico-policial, com base nos tratados e convenções de organizações multilaterais como ONU, Interpol e OEA.
- Garantir a continuidade e a expansão do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) concebido pelo Exército brasileiro.

- Garantir a continuidade e a expansão do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), parte do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e responsável pelo controle ambiental, do tráfego aéreo, de emergências e pelo controle de ações de contrabando.
- Desenvolver um esforço de integração, ainda inédito, na área de inteligência policial, capaz de promover ações conjuntas contra o contrabando pela Polícia Federal, polícias estaduais e sistema de fiscalização das prefeituras.
- Aumentar o número de prisões federais, de forma a abrigar especialmente as lideranças do crime organizado.
- Apoiar nos sistemas prisionais dos Estados a ampliação das unidades para trabalho dos apenados.
- Incentivar a formação de parcerias público-privadas para a construção de novas unidades prisionais e para a gestão dos serviços de recolhimento de presos nos presídios.
- Mapear DNA das drogas, ou seja, rastrear as origens da cocaína e da maconha apreendidas no país.
- Promover ações para que armas ilegais sejam retiradas de circulação, com uma postura ativa de fiscalização e busca por parte das polícias.
- Criar programa coordenado pelo Ministério da Segurança Pública para o rastreamento de armas de fogo apreendidas em todo o país, estabelecendo seu verdadeiro DNA.
- Promover a articulação das polícias estaduais com o setor de inteligência da Polícia Federal para o controle de armas por meio do SINARM.
- Aumentar os índices de investigação, persecução, condenação e sentenciamento dos crimes de tráfico sexual e de violência contra a mulher.
- Aumentar o investimento em abrigos e estruturas de assistência à vítima de crimes sexuais e violência doméstica.
- Incentivar a disseminação de "patrulhas Maria da Penha" nas PMs e nas Guardas Municipais com a padronização dos serviços em âmbito da Academia Nacional de Polícia.
- Incentivar a criação de uma rede nacional de serviços especializados de atendimento a mulheres vítimas de violência (exame de corpo de delito, atendimento nas delegacias etc.).
- Incentivar a criação de redes não-governamentais de atendimento às vítimas de violência doméstica, violência de gênero, violência racial, violência contra homossexuais, contra idosos, abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Implementar campanhas de conscientização sobre os crimes de natureza moral.

1. SEGURANÇA VIÁRIA

DIRETRIZES

- Construir um Sistema Nacional de Segurança no Trânsito e fortalecer a colaboração nessa área entre os governos federal, estaduais e municipais, incluindo parcerias com a sociedade civil.
- Desenvolver e implementar um plano plurianual de segurança do trânsito com vistas a induzir o aumento da fiscalização por parte dos municípios e Estados dos principais fatores de risco.
- Reforçar estratégias de policiamento nas rodovias federais e medidas de fiscalização de trânsito com foco na redução de acidentes, inclusive por meio da promoção de integração da Polícia Rodoviária Federal com as polícias militares rodoviárias dos Estados e com as agências municipais de trânsito para ampliar as atividades de inspeção e controle do trânsito.
- Promover a padronização dos boletins de ocorrência de acidente de trânsito em todo o território nacional, incluindo informações sobre morbimortalidade e deficiências geradas pelos acidentes, em consonância com padrões e definições internacionais.
- Adotar, implementar e fazer cumprir políticas e medidas para proteger pedestres e ciclistas.
- Promover, adaptar e implementar políticas de segurança no trânsito para a proteção de pessoas vulneráveis, em particular crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência.





VIII. POLÍTICA EXTERNA COM ÊNFASE NO INTERESSE NACIONAL

Restabelecer a credibilidade e a voz do Brasil no mundo e recuperar plenamente a capacidade da nossa diplomacia de defender o interesse nacional.

O Brasil, uma das dez maiores economias globais, sumiu do mapa do mundo. Nossa economia fechada nos distanciou dos fluxos dinâmicos do comércio e da inovação mundiais. Os escândalos de corrupção destruíram a imagem do país no exterior; e a diplomacia dos governos do PT se transformou num instrumento de propagação de interesses partidários e ideológicos, contrários ao interesse nacional.

Nossa participação ativa nas relações exteriores é vital para ajudar a manter a paz, a democracia e o entendimento na América do Sul. É também um elemento fundamental para o nosso esforço de abertura econômica, reinserção global do Brasil e de fortalecimento dos laços de cooperação internacional nos assuntos de segurança, meio ambiente e comércio exterior. A abertura ao comércio exterior por outro lado é componente essencial de um esforço diplomático de maior protagonismo do país no cenário político mundial. Todos os países emergentes com crescimento elevado têm economias abertas e integradas ao mercado internacional. O Brasil é uma das economias mais fechadas ao comércio exterior do mundo.

Nosso desafio é promover uma crescente integração do Brasil no comércio internacional, tanto no âmbito comercial quanto no de serviços. Temos tido sucesso em atrair investimentos estrangeiros diretos, mas podemos atrair muito mais ainda, dadas as dimensões do Brasil e as oportunidades aqui existentes de investimento. A abertura comercial e de serviços, com a consequente integração do país na economia mundial, tem como objetivo gerar ganhos de produtividade e aumentar a concorrência.

DIRETRIZES

- Reconhecer a política externa como política de Estado, a ser conduzida com moderação e independência na defesa dos interesses nacionais, em conformidade com o artigo 4 da Constituição.
- Exercer a política externa com visão de futuro e como parte das ações para o Brasil encontrar seu lugar no mundo como uma das dez maiores economias globais. O Itamaraty atuará para restaurar a voz do Brasil no cenário internacional e reinserir o país nos fluxos dinâmicos da economia, com vistas à prevalência dos objetivos de longo prazo do desenvolvimento nacional, inclusive para responder de forma incisiva a campanha de descrédito contra o Brasil no exterior.
- Conferir à diplomacia brasileira protagonismo nos processos de crescimento sustentado, da produtividade e da competitividade.
 O Itamaraty manterá o papel central na formulação e execução de nossa política externa e atuará com autonomia na coordenação das políticas nacionais em todas as áreas de negociação internacional e regional, devendo levar em conta as reais necessidades da economia, da segurança, da Defesa, de meio ambiente e de direitos humanos.
- Reavaliar as prioridades da política externa levando em conta o atual interesse nacional e das transformações do cenário internacional no século XXI. Serão definidos os interesses estratégicos do Brasil com a Ásia, em especial com a China, com os EUA e outros países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, deverá ser ampliada e diversificada a relação com os países em desenvolvimento. A rede de representação brasileira no exterior deverá ser revista para refletir a prioridade das relações com a Ásia.
- Assumir uma atitude proativa no tocante à integração regional para, com a liderança do Brasil, ampliar a liberalização comercial, aprofundar os acordos vigentes e a integração física. Em relação ao Mercosul, acelerar a recuperação de seus objetivos iniciais e avançar nas negociações com terceiros países. O relacionamento com a Venezuela merecerá atenção especial. A participação do Brasil nos órgãos regionais (UNASUL, Conselho de Defesa, CELAC) deverá ser reavaliada à luz dos interesses nacionais.
- Priorizar as atividades de promoção comercial e captação de investimentos no exercício da política externa, por meio a ampliação da ação da APEX. Definir nova estratégia de negociações comerciais bilaterais (acordos na região e fora dela), regionais (Mercosul) e globais (Organização Mundial de Comércio) para pôr fim ao isolamento do Brasil, com ênfase na abertura de novos mercados e na integração do Brasil às cadeias produtivas globais com vistas ao crescimento econômico, ao aumento do fluxos do comércio exterior e do investimento externo visando a geração de emprego. Deverá ser iniciado processo de negociação para a adesão ao acordo comercial na Ásia (Parceria Transpacífico, integrada pelo Japão, Aliança do Pacífico e países asiáticos) e finalizada a negociação do Mercosul com a União Europeia, com o

Japão, com o Canadá, a Coreia, a EFTA e Cingapura. Serão iniciados contatos com os países africanos para entendimentos visando a negociação de acordo comercial com o Mercosul.

- Ampliar e tornar mais dinâmica a participação do Brasil nas organizações internacionais, em temas globais como sustentabilidade, energia, tráfico de armas e de drogas, combate à corrupção, bem assim nos novos temas, como terrorismo, guerra cibernética, controle da internet, e nas questões de paz e segurança (a ampliação do Conselho de Segurança, operações de paz, não proliferação). A política externa continuará a apoiar firmemente o ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Serão buscadas formas de ampliar nossa participação política e econômica no BRICS, no G-20, na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e no IBAS (acordo Índia, Brasil e África do Sul).
- Defender vigorosamente a democracia e os direitos humanos, em especial na América do Sul. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) servirão como referências no relacionamento externo brasileiro. Condutas de governança de alcance global, tais como as ligadas ao combate à corrupção, à transparência no trato da coisa pública e à adoção de medidas de compliance no setor público serão adotadas e estimuladas pelo Brasil nas relações com países e com organismos internacionais. Será dada forte prioridade às políticas afirmativas em relação aos setores mais vulneráveis de nossa sociedade, em especial às mulheres, idosos, crianças, afrodescendentes, LGBTI, quilombolas, ciganos, povos indígenas e pessoas com deficiência.
- Priorizar o tema ambiental e do desenvolvimento sustentável como ativo externo do Brasil. Perseguiremos com afinco o cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris e em compromissos similares, com esforço adicional visando a antecipação e a expansão dos resultados. A gestão da Amazônia, bioma compartilhado com nações amigas, receberá especial atenção, proporcional à crucial responsabilidade que toca ao Brasil. O potencial derivado do uso das energias renováveis e o manejo dos recursos hídricos e oceânicos serão promovidos de modo assertivo, incluindo o uso de tecnologias nacionais, por meio de ações coordenadas com países e organizações interessadas.





XIX. DEFESA NACIONAL COMO POLÍTICA DE ESTADO

A Defesa Nacional é um tema que vamos tratar com sentido de urgência e responsabilidade.

Entendemos a Defesa como política de Estado. Ela requer planejamento e visão estratégica, a construção de instituições sólidas e o desenvolvimento de programas permanentes que qualifiquem nossas Forças Armadas para uma atuação global.

A criação do Ministério da Defesa, em 1999. estabeleceu as bases da estrutura de Defesa no país. Os pilares de nossa maturidade democrática na relação com as Forcas Armadas estão codificados na Política Nacional de Defesa (PND). na Estratégia Nacional de Defesa (END) e no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Trabalharemos para que esses documentos sejam finalmente avaliados pelo Congresso Nacional e aproveitados como alicerces das ações de nosso governo no tema da Defesa. Vamos empenhar recursos compatíveis para que o Sistema de Defesa possa continuar seus principais programas especiais: o Nuclear. a cargo da Marinha; o Cibernético, com o Exército; e o Espacial, executado pela Aeronáutica. As fronteiras brasileiras, por suas especificidades e por sua permeabilidade, apresentam uma preocupante vulnerabilidade. Por isso, vamos trabalhar para que o Sistema de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON), o Sistema de Monitoramento da Amazônia Azul (SISGAAz) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) tenham garantidas sua continuidade e consolidação. Os homens e mulheres dedicados à Defesa devem ser valorizados. pela reorganização e capacitação das Forças Armadas, pela previsibilidade de seus recursos e pela consolidação da base industrial de Defesa.

DIRETRIZES

- Ajustar os programas estratégicos previstos no Livro Branco de Defesa às novas regras para o gasto público do Governo Federal e revisá-los periodicamente, para que estejam adequados às mudanças da conjuntura geopolítica e à situação fiscal do país.
- Aperfeiçoar os sistemas de inteligência, com especial atenção
 à defesa cibernética, para que as Forças Armadas possam se antecipar
 a ameaças e definir respostas rápidas a mudanças de cenário.
- Priorizar programas espaciais de aplicação civil, como a utilização comercial da Base de Alcântara.
- Garantir atenção permanente aos sistemas de vigilância e proteção das fronteiras terrestres e marítimas e aumentar seus efetivos e meios operacionais.
- Apoiar a Base Industrial de Defesa (RETID e Empresa Estratégica de Defesa), incentivando sua articulação com as universidades e centros de pesquisa, criando uma rede ativa de capacitação tecnológica e formação de mão de obra e ampliando a exportação de material de defesa.



X. O DESAFIO DA ECONOMIA VERDE NA AGENDA DO MEIO AMBIENTE

A questão ambiental no Brasil representa um desafio proporcional à dimensão continental do nosso país.

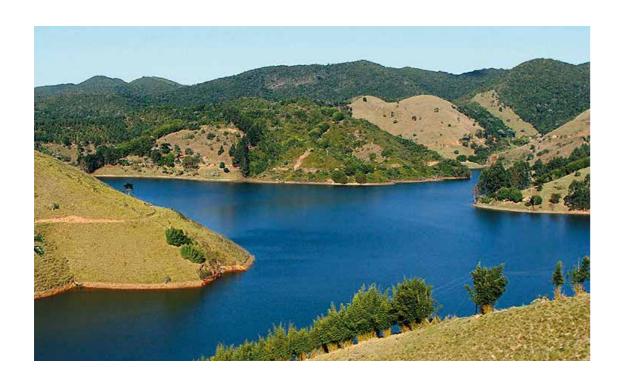
O Brasil é privilegiado por ser ao mesmo tempo uma potência econômica, estratégico para abastecer o planeta de alimentos, mas que ainda mantém uma biodiversidade rica e áreas preservadas essenciais para a manutenção da qualidade ambiental do planeta. Precisamos estabelecer uma agenda que una os brasileiros, gere renda e emprego, resgate a lideranca brasileira na preservação ambiental e na criação da nova economia verde. Nossa proposta se sustenta em ideais. Precisamos ser firmes onde é necessário, com tolerância zero ao desmatamento ilegal, e no direcionamento da expansão da fronteira agrícola para as áreas de elevado potencial produtivo. evitando danos ambientais desnecessários. Ser inovador e empreender onde estão as oportunidades, colocando o Brasil na liderança da nova economia verde. Ser consistente e técnico na abordagem ambiental, evitando a politização e a visão de curto prazo nesta área. Planejar antes de agir e seguir os planos de forma consistente, sem concessões para o imediatismo. Por meio do diálogo e da participação, engajar a sociedade na solução dos problemas, na busca por um caminho em que podemos ter menos agrotóxicos nos alimentos, a destinação adequada dos resíduos, cidades e rios menos poluídos, a garantia do abastecimento de água e contribuir para a regulação climática do planeta.

DIRETRIZES

- Coordenar na Presidência da República as discussões sobre sustentabilidade, visando garantir o diálogo horizontal na esfera federal, com o engajamento dos Estados, municípios, setor empresarial e a sociedade civil.
- Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais do Brasil ligados ao clima e à biodiversidade.
- Implementar a Política Nacional de Educação Ambiental em conjunto com o Ministério da Educação.
- Promover políticas que incentivem a criação de empregos na economia verde.
- Incentivar e fortalecer a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da educação ambiental, do estímulo às campanhas e recursos financeiros destinados à reciclagem.
- Fortalecer o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, tendo como objetivo implementar e monitorar a Política Nacional de Mudanças Climáticas.
- Garantir a cultura da sustentabilidade socioeconômica e ambiental na formulação, implementação, avaliação e redesenho de políticas públicas.
- Estimular a transição para uma Economia de Baixo Carbono com a adoção de medidas voltadas à redução do desmatamento, com a adoção de instrumentos econômicos que estimulem uma agricultura de baixo carbono, padrões rigorosos de eficiência energética, conservação da biodiversidade e conservação do solo e da água.
- Implementar o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), considerando não apenas a redução das emissões, mas também a remoção do carbono da atmosfera, conforme previsto na Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC).
- Promover e implementar o RenovaBio.
- Assegurar a plena implementação do Código Florestal.
- Garantir a conclusão e a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- Ampliar a fiscalização a fim de punir e eliminar completamente, em curto espaço de tempo, o desmatamento ilegal.

- Promover a integração do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) com os demais cadastros fundiários públicos, informações sobre transporte animal, transporte e armazenamento de produtos com origem em florestas nativas, registros fitossanitários, licenças e infrações ambientais existentes no Brasil, tornando essas informações de domínio público.
- Auxiliar na elaboração, regulamentação e monitoramento dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e das Cotas de Reserva Ambiental (CRAs), de forma participativa e transparente.
- Incentivar a adoção de florestas multifuncionais ou restauração ecológica com uso econômico em Reserva Legal visando ao incentivo da sustentabilidade econômica e da adequação ambiental ligada ao Código Florestal.
- Incentivar a restauração ecológica ou para fins econômicos em áreas degradadas e de baixa aptidão agrícola por meio de planos plurianuais de investimento e ação, além da integração com as ações já em curso.
- Utilizar parcerias público-privadas como instrumento eficaz de financiamento para as Unidades de Conservação e estímulo a atividades econômicas no seu entorno.
- Expandir a indústria de base florestal e ampliar a participação do Brasil no comércio mundial de produtos florestais.
- Alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos para reduzir significativamente a liberação no ar, na água e no solo, além de minimizar os impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
- Modernizar e implementar o Plano Estratégico para Biodiversidade.
- Reconhecer o papel das populações tradicionais na conservação da biodiversidade. Valorizar o conhecimento dessas populações mediante política e legislação específicas.
- Adotar políticas de proteção aos direitos dos animais e combater o comércio ilegal de animais silvestres.
- Revisar a legislação específica sobre a introdução de espécies invasoras e fortalecer as atividades de fiscalização fitossanitária.
- Apoiar a ciência e a tecnologia para a biodiversidade, visando a evitar a extinção de espécies.

- Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, que provê o arcabouço legal para a conservação e a utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos (conforme exposto no Unclos).
- Fortalecer o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro e o Programa Nacional para a Conservação da Linha de Costa, para garantir a preservação e o uso sustentável dos ambientes costeiros e marinhos.
- Fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) com atenção especial para a superação das deficiências dos órgãos federais, estaduais e municipais de meio ambiente.
- Incentivar a conciliação ambiental e criar alternativas ao pagamento de multa para aumentar a taxa de resolução dos casos e de reparação de danos.
- Garantir a coordenação efetiva entre os atores públicos no licenciamento ambiental com prazo pré-determinado e transparência de critérios e condicionantes para impulsionar práticas econômicas com sustentabilidade ambiental.
- Garantir que o licenciamento ambiental seja integrado aos demais instrumentos da política ambiental, como, entre outros, o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Levar em conta a AAE e o ZEE por ocasião do planejamento de intervenções governamentais.



XI. TURISMO COMO POTENCIAL ECONÔMICO

Vamos olhar o setor de Turismo com especial atenção, aproveitando o potencial econômic que ele representa para país.

A indústria turística movimenta cerca de 3% do PIB, oferecendo uma alternativa de desenvolvimento regional cada vez mais relevante, gerando renda e emprego.

Nosso objetivo é inserir efetivamente o Brasil no segmento do mercado global de turismo e multiplicar o número de visitantes ao país. Hoje, o fluxo turístico ao Brasil se encontra em nível extremamente baixo diante das potencialidades do país dadas pela natureza exuberante, o clima atraente, o rico acervo histórico e cultural, e a diversidade da paisagem física e humana.

A atividade turística é primordialmente realizada pela iniciativa privada, porém cabe ao Governo Federal a regulação e o apoio para criar mecanismos que facilitem o desenvolvimento dessa atividade.

DIRETRIZES

- Adotar política de Estado para o turismo, considerando cenários de longo prazo e medidas de mensuração permanentes, em especial a Conta Satélite do Turismo. Fortalecer a criação de parcerias público-privadas na infraestrutura necessária para desenvolver o turismo.
- Fortalecer a imagem do Brasil no exterior e seus diferenciais como destino turístico.
- Apoiar a revisão da Lei Geral de Turismo e das metas do Plano Nacional de Turismo.
- Apoiar a criação de Áreas de Interesse Turístico.
- Criar uma política nacional permanente de sinalização turística.
- Criar Selo de Segurança de Destinos Turísticos promovendo a interlocução do setor com os órgãos de segurança pública e segurança sanitária.
- Promover os valores culturais, ecológicos, gastronômicos dentre outros que possam gerar fluxo internacional de turismo para o Brasil.
- Promover o envolvimento das populações locais e tradicionais na atividade turística, tendo em vista o desenvolvimento social das diversas regiões brasileiras.
- Fortalecer a atividade turística em torno do patrimônio artístico e cultural brasileiro.
- Ampliar o turismo associado às Unidades de Conservação, mediante implantação de infraestrutura de visitação e atividades no entorno das mesmas, tais como gastronomia e artesanato.
- Desenvolver e apoiar campanhas de uso responsável dos atrativos turísticos naturais e culturais.
- Restabelecer o Programa de Regionalização do Turismo e incentivar projetos de cooperação regional.

- Dar apoio à criação de uma Rede Nacional de Observatórios de Turismo
- Atrair investimentos e apoiar a iniciativa privada no desenvolvimento, inovação e estruturação da oferta turística, e especialmente na adoção de novas tecnologias e plataformas digitais, para que o turismo brasileiro seja competitivo no mercado global.
- Desenvolver a infraestrutura e os serviços públicos ligados ao turismo.
- Focalizar, nas malhas rodoviária, ferroviária e hidroviária, os trajetos de alto interesse turístico, para garantir a preservação dos bens naturais e culturais e estimular os empreendimentos voltados ao turismo sustentável ao longo dessas vias.
- Criar e incrementar programas de capacitação técnica, entre elas o aprendizado de línguas, e ampliar o mercado de trabalho no setor de turismo.
- Promover o turismo de negócios brasileiro no exterior.
- Apoiar a criação de grandes complexos turísticos, de oferta diversificada, capazes de ser tornar vitrines internacionais do turismo brasileiro.
- Garantir medidas regulatórias para baratear o custo das passagens aéreas em voos domésticos, de forma a estimular o turismo interno. Adequar o ambiente regulatório do setor aéreo brasileiro ao internacional.
- Adotar política de flexibilização de vistos.









XII. CIDADES SUSTENTÁVEIS: UM NOVO OLHAR PARA A POLÍTICA URBANA

O sistema urbano brasileiro é hoje composto por um grande número de cidades que se estendem por mais de um município.

São regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE) em um total de 84 no país, congregando cerca de 1.400 municípios.

Estas regiões abrigam cerca de 120 milhões de habitantes, ou 57,5% da população total. E os cerca de 1.400 municípios que as integram respondem por aproximadamente 70% do PIB brasileiro. Longe de ser um problema, as grandes concentrações urbanas são motores de desenvolvimento, onde se concentram capacidades técnicas, econômicas e de escala.

A política urbana precisa estimular a eficiência dessas áreas, no sentido da plena realização de seus potenciais, para superar os gargalos de emprego e de distribuição de renda que nelas também se concentram.

Por outro lado, regiões metropolitanas começam a se interconectar de forma não planejada, criando megametrópoles que podem crescer de forma não

controlada, e, portanto, necessitam de

uma nova dimensão de planejamento.

um ordenamento territorial que envolve

As maiores carências também se concentram nas grandes aglomerações urbanas. O crescimento acelerado das periferias urbanas leva a uma combinação de carências em habitação, saneamento e mobilidade.

DIRETRIZES

- Promover o acesso de todos aos serviços básicos de infraestrutura
 e à habitação segura, adequada e de preço acessível.
- Promover o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção ao atendimento de necessidades daqueles em situações de risco, mulheres, crianças, idosos e pessoas deficientes.
- Ampliar o alcance de programas de urbanização inclusiva e sustentável.
- Proteger e salvaguardar, nas obras de infraestrutura, o patrimônio cultural e natural.
- Controlar os efeitos de desastres naturais sobre as cidades, especialmente os relacionados a água e saneamento, com redução de perdas humanas e econômicas.
- Desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento do risco de desastres em todos os níveis.
- Promover ações de caráter nacional objetivando auxiliar Estados e municípios na resolução de conflitos regionais.
- Canalizar subsídios, quando necessários, de forma explícita e focada, em benefício dos usuários de baixa renda.
- Estruturar modelos de desenvolvimento macrometropolitano, por meio da conexão das regiões metropolitanas, com sistemas de transportes e comunicações eficientes, que permitam desafogar as metrópoles e otimizar de forma cruzada as potencialidades das diversas regiões.
- Estimular e ordenar a criação de clusters de cidades, que permitirão às cidades médias e pequenas interagir num sistema de cidades, cada vez mais integrado, coeso, competitivo e eficiente.

1. HABITAÇÃO

DIRETRIZES

- Manter e aprimorar o Programa Minha Casa Minha Vida, tornando-o política de Estado e não de governo.
- Apoiar a adoção de programas de locação social para atender, além da população carente das grandes metrópoles, os jovens e idosos.
- Incentivar a construção de imóveis sustentáveis.
- Desburocratizar o processo de aprovação e licenciamento de projetos de habitação, especialmente os de interesse social.
- Articular e integrar as ações da política de habitação às políticas de desenvolvimento urbano, saneamento, transporte urbano e demais políticas sociais e de crescimento econômico.
- Universalizar o acesso à moradia social, incentivando investimentos privados com desburocratização nos processos de aprovação de projetos e estímulo às PPPs.
- Aprimorar a legislação de licenciamento ambiental para loteamentos e edificações de moradias rurais e urbanas.
- Aprovar o Código Ambiental Urbano, para evitar superveniência de legislações e insegurança jurídica.
- Construir o cadastro integrado de famílias que demandam moradia, definindo critérios de prioridade no atendimento.
- Assegurar o respeito ao direito de propriedade, seja pública ou privada, com políticas inequívocas de reintegração de posse.
- Aprimorar o registro eletrônico das matrículas de imóvel, para conferir segurança às transações do setor.
- Com apoio da nova lei fundiária, regularizar os assentamentos, ocupações clandestinas e favelas, dotando-os de adequada infraestrutura, saneamento e equipamentos essenciais.

2. MOBILIDADE

DIRETRIZES

- Priorizar o transporte público coletivo em relação ao transporte individual motorizado, conforme diretriz da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- Articular e integrar os projetos de mobilidade urbana às políticas de uso e ocupação do solo dos municípios bem como ao acesso dos serviços públicos.
- Orientar e apoiar as aglomerações urbanas e regiões metropolitanas no desenvolvimento dos seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado, sem restringir-se ao território dos municípios.
- Estimular, orientar e apoiar o aumento de produtividade e eficiência dos sistemas de ônibus, responsáveis por 86% dos passageiros de transportes coletivos do país.
- Apoiar Estados e municípios no investimento em faixas exclusivas, corredores de ônibus e qualificação dos pontos de parada para cobrança antecipada da passagem.
- Priorizar as obras já iniciadas, hierarquizando-as segundo critérios de custo-benefício.
- Orientar e apoiar os Estados e suas regiões metropolitanas na implantação de sistemas de grande e média capacidade por meio de soluções integradas (trens, metrôs, barcas, VLTs, monotrilhos ou corredores de ônibus) por meio de PPPs ou concessões simples.
- Priorizar a implantação de trens regionais de passageiros interligando regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas a fim de diminuir o impacto das centenas de milhares de carros que acessam diariamente as grandes metrópoles.
- Modernizar e integrar os órgãos de licenciamento de projetos nos ministérios e bancos de fomento, para que sejam agilizadas as liberações dos financiamentos, especialmente os relativos aos transportes públicos de grande e média capacidade.
- Incentivar e apoiar a criação de entidades, com participação da sociedade civil, responsáveis pelo planejamento, gestão e execução dos projetos de mobilidade em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
- Instituir um programa de padrões de qualidade do transporte público com metas aferidas por pesquisas periódicas, e pontuar as regiões ou cidades candidatas a novos financiamentos ou apoio da União.
- Definir como contrapartidas de financiamento e apoio aos Estados e municípios:
 - implantação de sistemas de transporte de qualidade, priorizando as energias renováveis.
 - abertura dos dados dos concessionários, públicos ou privados. propiciando informações transparentes sobre o serviço de transporte ofertado.
 - implantação de equipamentos de geoposicionamento (GPS) nos veículos de transporte coletivo que possibilitem informação online aos passageiros por meio de aplicativos digitais.
 - modernização dos meios de pagamento, dos terminais e estações, integrando todos os modos de transporte da região, incluídos os não motorizados, a exemplo das bicicletas.

XIII. JUSTIÇA: ACESSO AMPLO, RÁPIDO, GRATUITO E EFICAZ

Entre os valores protegidos pelo sistema constitucional, a dignidade da pessoa humana detém a máxima potência.

Em comunhão com a liberdade, a solidariedade e a Justiça, o princípio da dignidade da pessoa humana impõe ao Executivo Federal a obrigatoriedade de conceber e desenvolver políticas que assegurem o acesso à Justiça, e que a possibilidade de buscar a salvaguarda do sistema seja célere, equitativa gratuita e eficaz, notadamente para todos aqueles que ostentem situação de vulnerabilidade. A defesa da coletividade, dos direitos de massa, da defesa do hipossuficienteem razão da idade ou de uma condição pessoal ou social constitui garantia a ser defendida e implementada pelo Estado em todo o território nacional.

Vamos implementar políticas que respeitem a independência e a autonomia do Poder Judiciário e das instituições componentes do sistema de justiça. A real promoção da justiça compreende a atuação extrajudicial, os modos contemporâneos de distribuição de justiça, como a mediação, a conciliação e a arbitragem, e o apoio perene ao exercício da advocacia pública e privada (função essencial ao Estado democrático de Direito), à atuação da Defensoria Pública da União e dos Estados, como também do Ministério Público em todos os seus ramos.

A interlocução político-institucional do Governo Federal com o Judiciário e todas as instituições do sistema de justiça terão em mira a ampliação das atribuições, o fortalecimento institucional e a real concretização dos direitos individuais e coletivos.

DIRETRIZES

- Fortalecer o primado da dignidade da pessoa humana a partir da garantia de acesso à jurisdição e de amplo e irrestrito acesso ao sistema de justiça.
- Fortalecer mecanismos de composição de conflitos extrajudiciais, apoiando iniciativas legislativas de ampliação das formas conciliatórias de composição de conflitos.
- Apoiar iniciativas de aperfeiçoamento de gestão do sistema de justiça.
- Apoiar a difusão de tecnologia de informação que integre todos os componentes do sistema de justiça.
- Atuar em conjunto com os órgãos de controle da Justiça e do Ministério Público para a concepção de políticas de aperfeiçoamento da atuação, notadamente para a integração de bancos de dados, desburocratização e agilidade para os atendimentos dos usuários dos serviços da Justiça.
- Oferecer modificações legislativas de simplificação dos procedimentos administrativos e processos judiciais, colhendo manifestações de entendimento da advocacia e dos demais componentes do sistema de justiça.
- Patrocinar a atuação da Enccla (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro) e fomentar a constituição de fóruns estaduais de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.
- Apresentar iniciativas legislativas de aperfeiçoamento do sistema penal punitivo dos crimes contra a administração pública.
- Buscar a aprovação da lei sobre audiências de custódia e apoiar sua aplicação nacionalmente.
- Oferecer condições materiais para a implantação da Defensoria Pública da União em todo o território nacional.



XIV. MULHERES TERÃO APOIO PARA GARANTIR SUA AUTONOMIA E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Além do óbvio preceito constitucional que garante acesso a todos os princípios dos direitos humanos, a mulher deve contar com instrumentos que favoreçam sua inserção na sociedade. Se o que se busca para essa parcela da população, que soma mais da metade dos brasileiros, é a autonomia plena, é fundamental construir e aperfeiçoar trilhas institucionais que conduzam a esse propósito. Para tanto, deve-se promover igualdade de oportunidades nos setores público e privado, a fim de que a mulher possa expressar todo o seu potencial no mercado de trabalho, como empreendedora e na atuação política e acadêmica. Não menos importante é o fomento de uma abrangente rede de assistência e de proteção capaz de suprir as necessidades especiais das meninas, das mães com filhos pequenos, das idosas e de todas as que enfrentam situações de violência e assédio.

DIRETRIZES

- Aprovar políticas afirmativas incentivando a transparência de remuneração e de evolução de carreira no mercado de trabalho. Incentivar a conscientização da sociedade com relação à importância e benefícios econômicos e sociais da igualdade de tratamento de homens e mulheres no mercado de trabalho. Garantir a equalização de direitos, como a licença paternidade ou licença parental compartilhada.
- Garantir o pleno exercício dos direitos de cidadania das meninas, mulheres e idosas.
- Promover a participação plena das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão na vida econômica, política e pública.
- Incentivar a criação de uma rede nacional de serviços especializados de atendimento a mulheres, com ações específicas para vítimas de violência (exame de corpo de delito, atendimento nas delegacias etc.) Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres.
- Garantir a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
- PNAISM para consolidar os direitos sexuais e reprodutivos com o aperfeiçoamento da atenção obstétrica e o acesso ao planejamento familiar.
- Conferir à mulher negra atenção especial na PNAISM.
- Criar, em conjunto com o sistema de justiça, estados e municípios, uma rede de enfrentamento da violência contra a mulher.
- Aumentar os índices de investigação e persecução dos crimes de tráfico sexual e de violência contra a mulher e divulgar os atos de condenação e sentenciamento do Judiciário
- Incentivar a disseminação de "patrulhas Maria da Penha" nas PMs e nas Guardas Municipais com a padronização dos serviços em âmbito da Academia Nacional de Polícia.
- Incentivar a criação de uma rede nacional de serviços especializados de atendimento a mulheres vítimas de violência (exame de corpo de delito, atendimento nas delegacias etc.).
- Equiparar o atendimento de vítimas de violência doméstica ao de crimes sexuais nas unidades de saúde pública.
- Prevenir o tráfico internacional, promovendo acordos diplomáticos de corresponsabilização dos países envolvidos.

XIV. DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E SEMPRE

Garantir o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos é condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais, sobretudo para as parcelas da sociedade que sofrem com maior intensidade injustiças como discriminação sexual, racial, religiosa, etária ou por orientação sexual. A defesa intransigente dos princípios constitucionais que asseguram a indivisibilidade e a universalidade dos direitos humanos é a base das políticas e ações afirmativas que serão adotadas na minha gestão. Essas estratégias não estão isoladas de outras diretrizes deste Programa de Governo, todas afinadas com o propósito maior de promover crescimento econômico, igualdade de oportunidades de trabalho, segurança, justiça e educação pública de qualidade.

A cidadania atinge seu estado de plenitude no momento em que o conjunto dos direitos civis são garantidos da forma mais abrangente possível. Até lá, ela é um horizonte a ser perseguido incessantemente, com coragem, determinação e, sempre que houver violações de direitos, indignação. Desse modo, é preciso reconhecer e prestigiar a relevância do aparato estatal responsável pela preservação dos direitos humanos, como o Ministério da Justiça, bem como das organizações não-governamentais que se dedicam à mesma causa. Uma sociedade democrática de fato somente pode existir quando é capaz de proporcionar igualdade de oportunidades.

DIRETRIZES

- A partir de um amplo processo de consulta pública, conceber e aplicar a política nacional indigenista que tenha, entre outras diretrizes, a proteção social, o etnodesenvolvimento e a gestão ambiental e territorial.
- Dar prioridade ao cumprimento de convenções, tratados e normas internacionais acerca dos direitos humanos.
- Elaborar, a partir do diálogo com a sociedade civil, o 4º Programa Nacional de Direitos Humanos.
- Dar prioridade à proteção da criança, do adolescente, da pessoa com deficiência, dos jovens e idosos.
- Enfrentar toda e qualquer forma de discriminação e intolerância, com interlocução com Estados e municípios e todos os integrantes do sistema de justiça.
- Fortalecer as estruturas de assistência judiciária gratuita e a Defensoria Pública em todo o território nacional, de modo a ampliar o acesso dos cidadãos à Justiça.
- Instituir programas e projetos para o fortalecimento da educação em direitos humanos para atores dos sistemas de justiça e de segurança pública.
- Promover a formação continuada de servidores públicos, servidores comissionados e empregados contratados terceirizados sobre direitos humanos.
- Articular e difundir campanhas permanentes de respeito à diversidade em todas as suas formas.
- Articular, analisar e desenvolver ações, programas e projetos para efetivação do diálogo inter-religioso.
- Valorizar o sistema de pontuação diferenciada como forma de acesso a cargos, empregos e funções públicas.
- Incentivar o setor privado a adotar políticas de diversidade nas suas contratações.
- Elaborar Plano Nacional de Proteção aos Direitos Humanos para atividades empresariais.

- Estabelecer política nacional de proteção à identidade e cultura e desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais.
- Articular políticas públicas de moradia social para a população em situação de vulnerabilidade econômica, social e cultural.
- Instituir, em parceria com Estados e municípios, censo nacional de população de rua e apoio à reestruturação do sistema de abrigos e casas de acolhimento, em parceria com os movimentos de população de rua.
- Criar Protocolo Único de Atendimento à Primeira Infância, com a integração de todos os serviços voltados a essa faixa etária nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.
- Estimular a manutenção, por Estados, municípios e pela iniciativa privada, de cursos de capacitação destinados a aumentar a empregabilidade da população jovem.
- Zelar pelo cumprimento dos dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e promover sua regulamentação.
- Assegurar o reconhecimento das pessoas com deficiência como tendo capacidade legal, em igualdade de condições com as demais pessoas, em todos os aspectos da vida.
- Fortalecer a compreensão de cidadania pelas pessoas com deficiência intelectual e múltipla, dando-lhes voz e orientação adequada para que se tornem protagonistas de seus direitos e deveres.
- Assegurar à pessoa com deficiência o direito de expressar sua sexualidade e formar uma família.
- Garantir o acesso à escola das crianças com deficiência.
- Garantir o acesso da pessoa com deficiência ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- Assegurar à pessoa com deficiência o direito ao transporte e à mobilidade, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.
- Promover a acessibilidade como direito que permite à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

1. APOIO A MINORIAS E VULNERÁVEIS

DIRETRIZES

- Articular políticas públicas de saúde, assistência social, trabalho, educação, cultura, segurança, previdência e justiça como forma de concretizar direitos associados às minorias e às populações vulneráveis.
- Estabelecer políticas voltadas à proteção da representação política e no quadro de servidores públicos de negros, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência e LGBTI.
- Articular ações, programas e projetos voltados ao enfrentamento de toda e qualquer forma de exploração e violência contra crianças.
- Definir política nacional para a execução de medidas socioeducativas em meio aberto, priorizando-se, por exemplo, medidas de prestação de serviços à comunidade.
- Propor mudanças legislativas no Estatuto da Criança e do Adolescente, ampliando-se prazo possível de internação e redefinindo obrigações da União, Estados e municípios.
- Instituir mecanismos de redução da violência em relação aos jovens, especialmente por meio de programas de prevenção em grandes centros urbanos.
- Fomentar, em parceria com municípios, a construção de áreas de convivência, lazer, esportes e culturas em áreas habitadas por população vulnerável.
- Ampliar os programas de combate à exploração sexual.
- Oferecer proteção especial ao idoso, mediante programa de combate aos maus-tratos e criação de protocolo nacional de cuidados em instituições de abrigamento ou albergamento.
- Desenvolver políticas para promover o empreendedorismo da pessoa idosa, inclusive por meio de programas de requalificação profissional.
- Desenvolver programas e políticas públicas que garantam o acesso do idoso à moradia.
- Promover um modelo de segurança pública moderno, inteligente, participativo e pautado pelos direitos aos direitos humanos e à cidadania.

- Criar um programa de valorização e garantia de direitos dos profissionais da segurança pública.
- Coordenar a ação dos Estados para instituir programa de cuidado psicossocial aos profissionais de segurança pública.
- Criar um marco legal para o atendimento a vítimas diretas e indiretas de violência fatal.
- Apoiar municípios no fortalecimento das capacidades institucionais para execução e acompanhamento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.
- Instituir política nacional de acompanhamento dos egressos do sistema penitenciário, incluindo o estímulo à qualificação profissional e o apoio jurídico, psicossocial e familiar.
- Garantir o direito de crianças e adolescentes ao convívio com mães e pais em cumprimento de pena em regime fechado.
- Assegurar o cumprimento das medidas legais já existentes e implementar novas políticas, campanhas e programas que visem a conscientização sobre a igualdade racial e o combate ao racismo, discriminação, ódio racial, assegurando os direitos humanos e as liberdades fundamentais da população negra.
- Criar o Observatório Nacional de Combate à Discriminação Racial.
- Instituir um programa de combate ao racismo na administração pública.
- Promover o protagonismo de jovens lideranças negras.
- Garantir, com atuação articulada entre os Estados e municípios, a efetivação de uma política de combate à violência contra mulheres e juventude negra.
- Revisar o Plano Nacional de Promoção da Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans, de modo a fomentar o debate para a garantia de direitos da população LGBTI e divulgar seus direitos.
- Ampliar canais de denúncia de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero.
- Estabelecer um pacto nacional para redução de violência contra pessoas LGBTIs, em particular pessoas trans e travestis.

- Assegurar o tratamento pelo prenome social de travestis e transexuais nos órgãos públicos.
- Promover sensibilização/capacitação aos agentes públicos para que estejam comprometidos com o eficaz enfrentamento a toda forma de discriminação violência em razão da orientação sexual e identidade de gênero.
- Implementar a Política Nacional de Saúde Integral para a população LGBTI, fomentando a manutenção de profissionais da saúde sensibilizados e capacitados para a atenção a esse público.
- Propor a criação de uma Autoridade Nacional Migratória de caráter civil que seja capaz de implementar a nova Lei de Migração.
- Articular a garantia do direito ao refúgio, com destinação de recursos orçamentários e humanos para atender com eficiência os pedidos de refúgio em todo o território nacional.
- Efetivar, executar e monitorar protocolo nacional de acesso ao refúgio, visando a informatização plena dos processos.
- Fortalecer a política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, combate ao trabalho escravo e garantia dos direitos dos migrantes, promovendo a integração entre políticas públicas.



XVI. CULTURA COMO VETOR DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA E DESENVOLVIMENTO

A Cultura é um dos pilares fundamentais

de formação do indivíduo. É elemento transformador

da sociedade e um vetor de desenvolvimento econômico

do país. Acreditamos na execução de uma política pública

que permita o acesso de todos os brasileiros a todos

os tipos de cultura. É nosso compromisso garantir

a irrestrita liberdade de expressão artística em todas

suas formas como um princípio democrático.

DIRETRIZES

- Garantir a segurança jurídica e econômica para os atuais modelos de financiamento da cultura.
- Desburocratizar o acesso e os processos de financiamento.
- Direcionar e aumentar progressivamente os recursos do Fundo \Nacional de Cultura - FNC para o desenvolvimento criativo de todas as regiões, com atenção especial ao engajamento da juventude.
- Propiciar o surgimento de fontes complementares de crédito para atender ao amplo espectro das demandas culturais.
- Estimular a criação de editais públicos de baixo orçamento para projetos culturais locais que não têm receita própria e tampouco conseguem captar recursos via Lei Rouanet e outras leis de incentivo.
- Atrair a sociedade civil organizada para os projetos e programas nacionais para administrarem em conjunto com os equipamentos públicos de cultura.

- Fomentar o avanço da economia criativa em seus diversos segmentos para a geração de renda e trabalho qualificado.
- Diminuir progressivamente o uso de recursos de renúncia fiscal a instituições e fundações vinculadas ao mesmo grupo econômico do patrocinador, e redirecionar tais recursos para instituições culturais administradas pelo terceiro setor, artistas e produtores independentes.
- Ampliar a ação cultural internacional do Brasil.
- Instituir, por intermédio dos equipamentos públicos disponíveis, programas para a capacitação de microgestores culturais e à difusão de técnicas de formação artística.
- Criar programas de comunicação para divulgar manifestações culturais locais e regionais, em especial as grandes festas populares, de modo favorecer sua continuidade e ampliar seus resultados econômicos.
- Apoiar um sistema nacional da memória, documental e patrimonial, interligando arquivos, bibliotecas, museus públicos e privados, em todo País, estimulando a criação desses equipamentos também em pequenos municípios.
- Valorizar a atuação de instituições como o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para o encaminhamento e a realização de ações de amparo e fomento do patrimônio histórico, cultural, artístico, arqueológico, turístico, ambiental e arquitetônico.
- Proteger e salvaguardar, nas obras de infraestrutura, o patrimônio cultural e natural.
- Fortalecer a atividade turística em torno do patrimônio artístico e cultural brasileiro
- Desenvolver campanha de valorização da língua portuguesa e da cultura nacional, articulada com empresas, intelectuais, artistas, produtores culturais e veículos de comunicação.
- Estimular o programa de ensino das artes na escola fundamental.
- Criar programas em parcerias com os setores da Educação e Turismo.

XVII. ESPORTE COMO MODELO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E APOIO À JUVENTUDE

O Esporte será tratado como um instrumento de integração social, alinhado com as políticas públicas de Educação, e também como uma plataforma capaz de atrair investimentos privados para modalidades esportivas de alto rendimento, visando reduzir a dependência das verbas públicas.

Com essas duas vertentes bem definidas. poderemos instituir um planejamento público de longo prazo para o esporte brasileiro, com metas de resultado, monitoramento constante e participação social. Acreditamos que o esporte oferece à juventude brasileira uma oportunidade única de crescimento pessoal, de redução de desigualdade e de desenvolvimento econômico para o país. E também uma poderosa ferramenta educacional para manter as nossas criancas no caminho do desenvolvimento humano baseado na ética, no respeito ao próximo e na vida saudável, como forma de combater a obesidade e a ameaça das drogas.

Para isso, é necessário começar o trabalho nas escolas, local onde a maioria das crianças inicia a prática esportiva. Outra medida é instituir um projeto integrado de detecção de talentos em escolas e comunidades e estimular os programas de formação de atletas. Em outra frente, vamos estimular o investimento privado nos esportes de alto rendimento visando criar soluções econômicas para desenvolver o esporte olímpico brasileiro.

DIRETRIZES

- Associar o esporte às políticas públicas de educação, em papel estratégico.
- Instituir planejamento público de longo prazo para o esporte brasileiro, com objetivos claros, metas de resultado e monitoramento constante.
- Propor a regulamentação do Sistema Nacional do Esporte, definindo responsabilidades e deveres das instituições envolvidas, políticas de gestão e regras de financiamento.
- Alterar a lei de incentivo ao esporte no sentido de incentivar e facilitar o aporte financeiro empresarial, sobretudo em projetos de longo prazo, desde o esporte de base até o de alto rendimento.
- Tornar o Conselho Nacional do Esporte protagonista das ações que envolvam o esporte em todas as esferas ministeriais.
- Fortalecer o desporto militar, incentivando os programas de alistamento de atletas pelas Forças Armadas.
- Manter e aperfeiçoar a Lei Piva, revisando os critérios de distribuição de recursos de acordo com os critérios de governança das instituições olímpicas e paralímpicas beneficiadas.
- Adotar *rating* das entidades esportivas de alto rendimento para recebimento de recursos públicos.
- Incentivar o investimento privado no esporte de alto rendimento, para reduzir sua dependência das verbas públicas.
- Apoiar a preparação dos atletas brasileiros para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2020.
- Criar um sistema nacional para a detecção e o desenvolvimento de talentos esportivos.
- Apoiar os Jogos Pan-Americanos Master 2020.
- Consolidar e fortalecer os Jogos Estudantis Brasileiros.
- Apoiar a preparação dos atletas brasileiros para os Jogos da Juventude do Comitê Olímpico Internacional (COI) e planejar a retomada dos Jogos da Juventude no Brasil.
- Atuar junto ao Ministério da Educação no sentido de manter a obrigatoriedade da educação física no currículo escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.



- Promover diagnóstico do atual sistema do desporto universitário, com vista à criação de uma sólida cultura do esporte nas universidades e ao desenvolvimento de sua estrutura.
- Atuar junto ao Ministério da Saúde na criação de uma campanha nacional de conscientização, educação, prevenção e combate ao comércio e uso de doping esportivo e em academias e no esporte competitivo.
- Atuar junto ao Ministério da Justiça na criação de um modelo de formação esportiva em centros de detenção de menores infratores, aliado à formação técnica educacional.
- Criar um modelo de esporte em centros de detenção de menores infratores, aliado à formação técnica educacional.
- Ampliar a cooperação internacional visando a participação de atletas e de seus treinadores em competições e período de treinamento internacionais.
- Revisar a legislação de importação de materiais esportivos e facilitar sua entrada no país.
- Direcionar e apoiar o desenvolvimento da ciência do esporte nas universidades federais.
- Concluir inventário nacional sobre esporte, mantendo seus dados constantemente atualizados, em parceria com universidades federais.
- Promover eventos científicos e tecnológicos na área de treinamento esportivo e demais ciências do esporte.

AGRADECIMENTOS

O Programa de Governo do PSDB é resultado do trabalho de inúmeros brasileiros, sob a coordenação geral de Luiz Felipe d'Avila. Gostaria de agradecer a ajuda de coordenadores e coordenadoras das áreas, especialistas que reuniram sugestões, e de todos militantes e colaboradores que participaram das discussões e encaminharam propostas:

Adriana Belic, Adriana Toledo, Adriano Pires, Aldanio Senna Ganem, Alexandre Mendonça de Barros, Alexandre Teixeira Ramos, Alex Bourgeois, Alex Fiúza de Melo, Ana Maria Diniz, André Portella, Antonio Celso de Abreu Junior, Ary Rocco, Beatriz Venturini, Benedito Braga, Carlos Ari Sundfeld, Carlos Bezerra Jr, Carlos de Luca, Carlos Henrique de Brito Cruz, Carlos Salgado Nunes, Cibele Rumel, Cidinha Almeida, Cláudia Spilimbergo, Claudio Monteiro, Cristiano Lopes Saito, Daniel Annemberg, Dalton Oliveira, David Uip, Dirceu Abrahão, Edmar Bacha, Eduardo Pádua, Elcio Sigolo, Enio Moro Junior, Fábio Rocha, Fabrício Cobra, Fernanda Feitosa, Fernando Ferreira, Fernando Guimarães Rodrigues, Flávio Amary, General João Campos, Gersino Coelho, Haroldo Tani, Henrique Nunes Ribeiro, Igino Mattos, Irineu Loturco, Isabel Lorenzetti, Jairo Saddi, Januário Montone, Jerson Kelman, João Carlos Meirelles, João Manoel da Costa Neto, Jorge Luiz Babadópulos, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Goldemberg, José Roberto Mendonça de Barros, José Vicente Silva Filho, Juliano Seabra, Júlio Carreiro, Karina Bugarin, Lair Krahenbuhl, Lars Grael, Leandro Piquet, Letícia Piccolotto, Lilia Mercado Gardiano, Lucas Padilha, Luís Alberto Bucci, Luiz Augusto Barroso, Luiz Augusto Fonseca, Márcio Fernando Elias Rosa, Lygia Pereira, Maria Elizabeth Gambini, Maria Helena Guimarães Castro, Manoel Lemos, Mara Gabrilli, Márcio Elias Rosa, Marco Antonio Castello Branco, Marcos Holanda, Maurício Brusadin, Miguel Mussnich, Paulo Jerônimo Pedrosa, Pedro Bianchi, Pedro Vormittag, Perla Nahum, Persio Arida, Rafael Kelman, Raquel Lucat, Raquel Lyra, Ricardo Toledo Silva, Roberto Macedo, Rodrigo Baer, Rodrigo Castanho, Romildo Campello, Ronaldo Bianchi, Rosalvo Salgueiro, Rubens Barbosa, Sandra Rios, Sidnei Beraldo, Silvia Cibele, Simão Jatene, Solange Jurema, Vittor Mensinger, Washington Bonfim, Wilson Risolia.

Além deles, meu agradecimento especial aos que aderiram com entusiasmo ao Programa de Governo Participativo. A iniciativa abriu um canal direto com brasileiros de todas as regiões do país, permitindo que mais de 1.500 sugestões de 20 áreas fossem enviadas para uma plataforma online e submetidas à votação. Muitas das propostas acabaram incorporadas ao Programa de Governo, reforçando o caráter democrático deste documento, que se propõe a apresentar um caminho para colocar o Brasil na rota do desenvolvimento social e do crescimento econômico.

Geraldo Alckmin



COLIGAÇÃO PARA UNIR O BRASIL

PSDB/DEM/PTB/PP/PR/SDD/PPS/PRB/PSD